Acervo ISA

CEDI - P. I. B.
DATA 31/12/86
COD. 10 D 000337

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA
E A
COLONIZAÇÃO DO SUL MARANHENSE

Maristela de Paula Andrade

Acervo ISA

"Olha dona, acontece que aquele povo que veio da Europa há muito tempo, se estabeleceu no Sul, parece que tem no sangue aquele negócio de desbravar, não é ? É... o Rio Grande do Sul ficou assim espaço limitado de área, principalmente para quem mexe com agricultura, aí o povo começou a sair prá Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul. Com pouco espaço de tempo lá também ficou uma área limitada"

Acervo ISA

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO 01

II - A OCUPAÇÃO DO SUL MARANHENSE POR PRODUTORES AGRÍCOLAS DO SUL DO PAÍS 15

Grilagem nos Gerais de Balsas 16

Os pioneiros 20

III - OS GÁUCHOS: DIFERENCIAÇÃO SOCIAL 24

IV - INCORPORAÇÃO DAS CHAPADAS DO SUL MARANHENSE AO MERCADO NACIONAL DE TERRAS 27

Critérios para escolha e modalidades de aquisição da terra pelos chamados gaúchos 28

V - ESTRATÉGIAS DE TRANSFERÊNCIA PARA O MARANHÃO E ASSENTAMENTO NA TERRA ADQUIRIDA 36

VI - A IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS E A REDE BANCÁRIA 41

A fase de repasse dos recursos do PROTERRA 44

Os projeteiros 46

A restrição ao crédito agrícola 48

VII - A AGRICULTURA MECANIZADA: QUESTÕES E ALTERNATIVAS 55

VIII - A IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS E AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO 58

Os assalariados: uma nova camada de trabalhadores 60

IX - CONSIDERAÇÕES FINAIS 64

Bibliografia 68

Acervo ISA

INTRODUÇÃO

A experiência de colonização levada a efeito por várias categorias de produtores agrícolas, assim como por outros grupos sociais não ligados à terra, procedentes do Sul do país, a partir de 1974, nas regiões classificadas, segundo o IBGE, como Chapadas do Sul Maranhense e Baixo Balsas[1], tem sido objeto de interpretações controversas. Formuladas por planejadores e diferentes técnicos da rede bancária oficial, de órgãos ligados à armazenagem e comercialização da produção e de serviços de assistência rural, buscam fundamentar-se em dados estatísticos fundados sobretudo em sua própria ação direta na área. Não obstante o consenso em torno da modernização da agricultura e das inovações tecnológicas como forma de superar o seu "atraso" tem-se uma renhida polêmica concernente às faculdades de produzir. Esta polêmica se manifesta através de relatórios voltados para a avaliação do processo de ocupação destas regiões.

Alinham-se entre os que criticam a experiência, alguns técnicos de órgãos ligados à comercialização da produção, ao chamarem a atenção para a baixa produtividade por hectare alcançada pela região. Segundo sua versão, algumas das causas desta baixa rentabilidade estariam relacionadas ao desvio de recursos que deveriam destinar-se ao plantio, e ao aumento da área cultivada. Segundo eles, apesar da maciça injeção de recursos propiciada pelo crédito bancário, a produtividade da agricultura mecanizada na região não ultrapassa a da chamada *lavoura de toco*, ou seja, a do sistema de plantio tradicionalmente praticado por pequenos produtores diretos daqueles municípios.

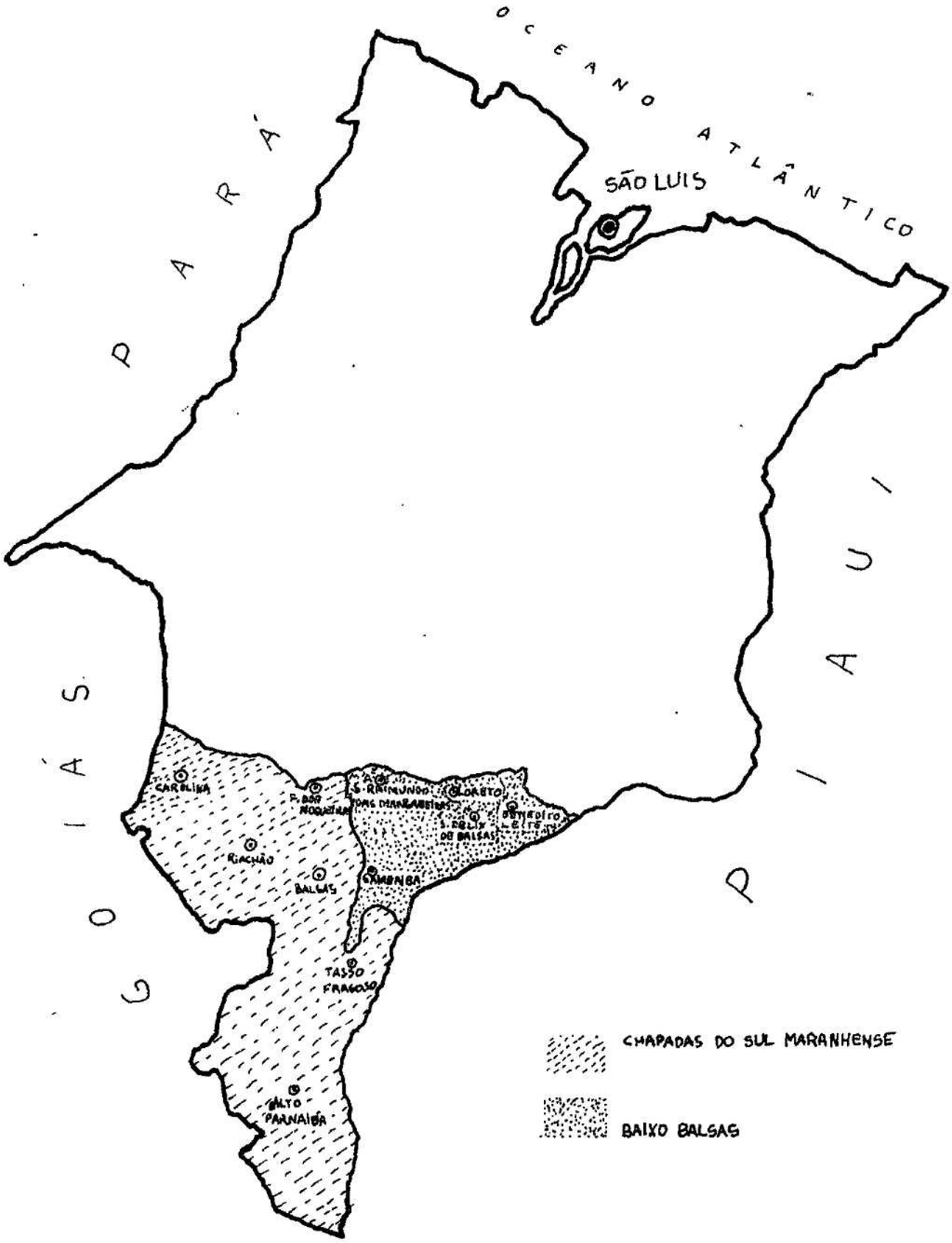
Entre os que exaltam a experiência, encontram-se alguns técnicos da rede bancária oficial, referindo-se ao aumento da área cultivada como o aspecto mais positivo da mecanização da agricultura na região. A

[1] As regiões denominadas *Chapadas do Sul Maranhense* e *Baixo Balsas*, segundo classificação elaborada pelo IBGE, compreendem respectivamente, os municípios de: Alto Parnaíba, Balsas, Carolina, Fortaleza dos Nogueira, Riachão, Tasso Fragoso e Benedito Leite, Loreto, Sambaíba, São Félix de Balsas, São Raimundo das Mangabeiras.

Acervo ISA

baixa rentabilidade a seu ver, dever-se-ia a fatores ligados à dificuldades climáticas e a condições de solo, enquanto a produtividade alcançada pela *chamada lavoura de toco*, esta sim, seria forjada, dadas as condições de "atraso tecnológico" que lhe servem de base.

Outras versões, como aquelas esposadas pelos produtores agrícolas do Sul do país envolvidos na experiência, assim como por representantes de revendedoras de máquinas e insumos agrícolas, referem-se à região como "a maior produtora de arroz do estado", e atribuem o segundo lugar alcançado por este no conjunto da produção nacional, ao aumento da produção verificado nesta área.



MAPA DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS CHAPADAS DO SUL MARANHENSE E BAIXO BALSAS SEGUNDO O IBGE.

Acervo ISA

Nos anos mais recentes, notadamente a partir de 1980, várias versões apontam para a "descapitalização" de grande parte dos produtores agrícolas da região que investiram na agricultura mecanizada. Técnicos ligados à rede bancária oficial enfatizam as dificuldades ligadas à composição química dos solos, à ausência de infra-estrutura de escoamento da produção, à utilização irracional do maquinário, à falta de crédito para manutenção dos equipamentos, ao elevado preço dos insumos, à ausência de uma diversificação de culturas, ao baixo nível do VBC (Valor Básico de Custeio), para explicar o estrangulamento financeiro em que se encontram os citados produtores[2]. Outros funcionários da mesma rede bancária apontam para o que chamam de "má fé" e "falta de capacidade empresarial" dos mutuários. Sua interpretação da aludida "descapitalização" dos produtores agrícolas não privilegia, portanto, os aspectos técnicos apontados por seus colegas de instituição.

Para os técnicos que integram o "Núcleo de Balsas da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Maranhão", por outro lado, a própria rede bancária oficial é responsável pelo que apontam como a "crise" da agricultura na região[3]. Para eles, houve uma "injeção maciça de recursos em um prazo curto", e um "financiamento desordenado de empreendimentos aleatórios, sem levar em conta as condições de recursos naturais e infra-estrutura de colheita, armazenamento e transporte", além de uma "fiscalização deficiente no início do processo"[4]. Eis como o documento intitulado "Relatório técnico sobre a situação da agricultura na região de Balsas", elaborado por um dos integrantes aquele Núcleo, descreve as causas do insucesso financeiro de inúmeros produtores:

> *"Na etapa inicial do desenvolvimento agrícola de Balsas, os princípios mais elementares da técnica agronômica foram atropelados pela agressividade do crédito farto e barato. Considerando-se o modo de aplicação dos recursos financeiros, as limitações dos recursos naturais e as deficiências dos recursos humanos disponíveis, compreende-se facilmente de que mo*

[2] Relatório de técnicos do Banco do Brasil - mimeo - 16/11/81.

[3] CARDOSO, Pedro Araujo - "Relatório Técnico sobre a situação da agricultura na região de Balsas", mimeo, 1982.

[4] Idem.

Acervo ISA

do, e com que material, foi desenhado o atual quadro sócio-econômico da região"[5] *(G.N.).*

Após os primeiros contatos com estas diferentes versões, decidimos passar em revista alguns dos citados dados estatísticos relativos ao desempenho da agricultura da região e ao fazê-lo, nos defrontamos, imediatamente, com certas dificuldades. Em primeiro lugar, os vários órgãos que fornecem informações quantitativas (Banco do Brasil, Emater, IBGE) tratam diversamente o que chamam de "região de Balsas", agrupando nesta área diferentes municípios do Sul do estado. Há, portanto, entre eles, divergências quanto à área geográfica recoberta pela região, já que os dois primeiros elaboram classificações próprias, conforme suas áreas de atuação. Esta dificuldade fez com que adotássemos a classificação elaborada pelo IBGE, dada sua maior abrangência em termos de reconhecimento em âmbito nacional. Trata-se, todavia, de um primeiro momento de análise que poderá ser aprimorado num exercício de comparação entre tais dados e aqueles reunidos pelos Cadastros de Imóveis Rurais organizados pelo INCRA.

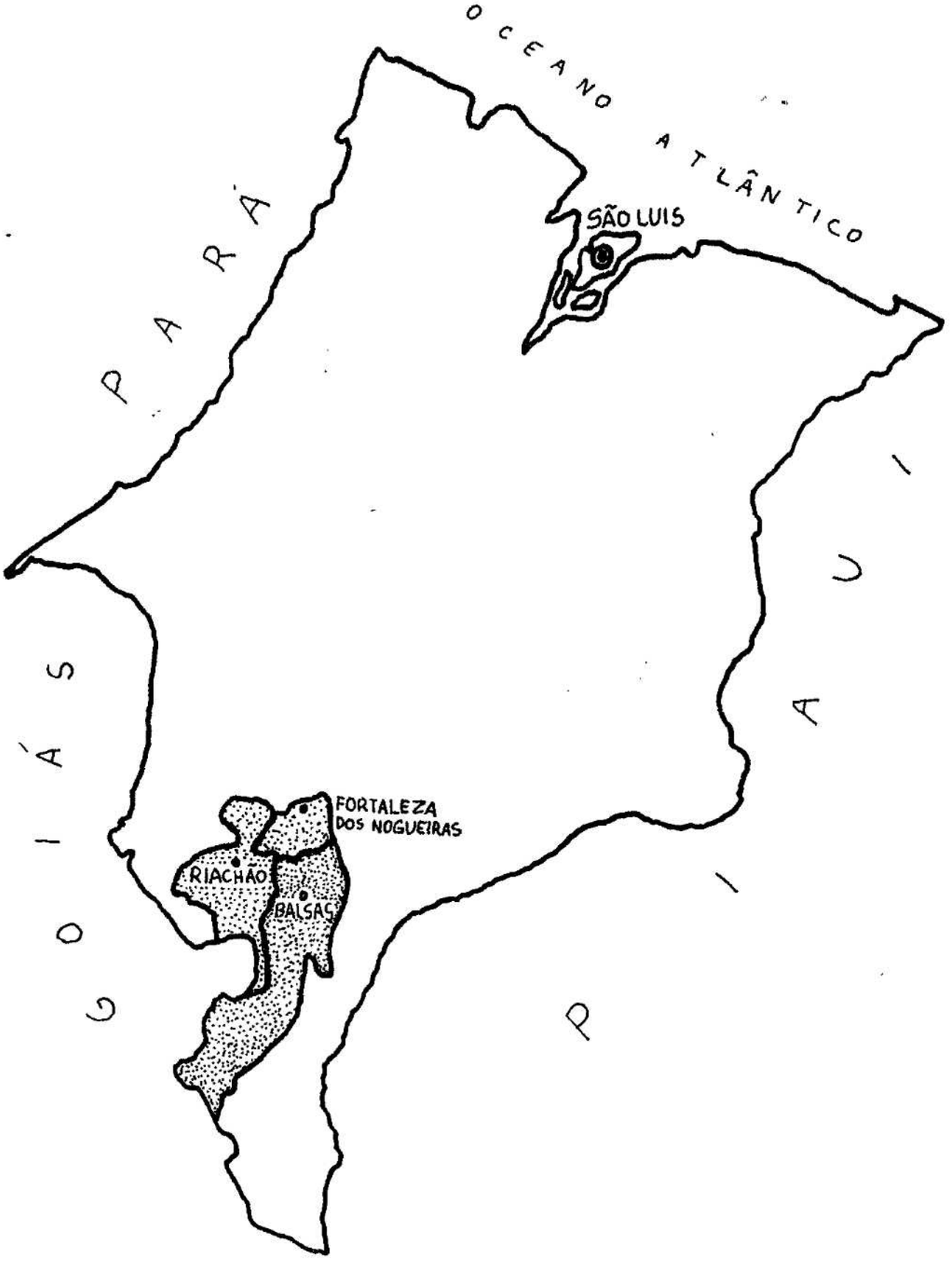
Ao analisar aqueles dados estatísticos mencionados é possível constatar, numa leitura inicial, o elevado crescimento do número de tratores na região, especialmente nos municípios de Balsas, Riachão e São Raimundo das Mangabeiras. A tabela abaixo bem expressa isto:

---

[5] Idem.

MESORREGIÕES MICRORREGIÕES MUNICÍPIOS	TRATORES		CRESCIMENTO (TRATORES)	
	1975	1980	Absoluto	%
SUL MARANHENSE	37	625	588	1.589,1%
CHAPADAS DO SUL MARANHENSE	25	466	441	1.764,0%
ALTO PARNAÍBA	-	49	49	-
Balsas	7	149	142	2.028,5%
Carolina	-	69	69	-
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	-	28	28	-
Riachão	9	94	83	994,4%
Tasso Fragoso	9	77	68	755,5%
BAIXO BALSAS	6	110	104	1.733,3%
BENEDITO LEITE	-	10	10	-
Loreto	3	20	17	566,6%
Sambaíba	-	18	18	-
SÃO FÉLIX DE BALSAS	1	2	1	100,0%
SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	2	60	58	3.000,0%

FONTE: SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO
IX RECENCEAMENTO GERAL DO BRASIL - 1980
VOLUME 2 - TOMO 1 - NÚMERO 4 - (MARANHÃO-PIAUÍ)
F. IBGE



MUNICÍPIOS MARANHENSES QUE APRESENTAM MAIOR CRESCIMENTO DO NÚMERO DE TRATORES ENTRE 1975-1980, SEGUNDO O IBGE.

Acervo ISA

Há problemas, no entanto, no que se refere a esta informação, já que, em primeiro lugar, a fonte não acusa o tipo de tratores (esteira, pneu) e de implementos de que trata. Nada esclarece, ainda, a respeito da utilização destes maquinários na produção agrícola, uma vez que não indica se seriam utilizados prioritariamente para o transporte, para o reparo de "estradas pioneiras" ou para o preparo do solo.

São problemáticas, também, as informações sobre o número de colheitadeiras nesta região, já que o IBGE refere-se genéricamente a tratores. A Emater de Balsas acusa um número aproximado de 101 máquinas deste tipo "em toda a região" não especificando, porém, o tipo de colheitadeira em questão.

Não há, ainda, informações acêrca da existência de galpões e secadores, ou sobre a utilização de implementos (carretas, pulverizadores, polvilhadeiras, arados) que poderiam especificar o grau de tecnificação atingido pela agricultura da região.

Muito embora as limitações destas informações não permitam precisar os moldes e o grau em que se efetivam as mudanças, é evidente a ocorrência de profundas transformações na estrutura tecnológica da região. A presença de inúmeras lojas de revenda de máquinas, implementos e insumos agrícolas, por si só, faz pressupor a existência de uma demanda de equipamentos.

Ainda passando em revista alguns dados disponíveis sobre o desempenho da agricultura na região, nos defrontamos com informações acerca da produção de arroz nos municípios que compreendem as denominadas *Chapadas do Sul Maranhense*. Tomamos por base dados coligidos pela CFP - Comissão de Financiamento da Produção - a partir de informações fornecidas pelo IBGE. Mas, enquanto aquele órgão procurou organizar as informações segundo as áreas de atuação da Emater, nós o fizemos utilizando a classificação elaborada pelo IBGE. Deste modo, obtivemos as seguintes tabelas:

Acervo ISA

CHAPADAS DO SUL MARANHENSE

PRODUÇÃO DE ARROZ - 1975/1982

MUNICIPIOS / ANOS	ALTO PARNAIBA			BALSAS			CAROLINA			FORTALEZA DOS NOGUEIRA			RIACHÃO			TASSO FRAGOSO			TOTAL		
	AREA ha.	PROD. ton.	REND. Kg/ha	AREA ha.	PROD. ton.	REND. Kg/ha	AREA ha.	PROD. ton	REND. Kg/ha	AREA ha	PROD. ton.	REND Kg/ha	AREA ha	PROD ton	REND. Kg/ha	AREA ha	PROD. ton.	REND Kg/ha	AREA ha	PROD ton	REND Kg/ha
1975	1100	1320	1200	2100	3024	1440	3150	4347	1380	600	864	1440	3000	4320	1440	840	1008	1200	10790	14883	1379
1976	1500	1728	1152	3750	4500	1200	4842	6120	1263	900	1037	1152	4200	4838	1151	2620	3018	1151	17812	21241	1192
1977	2350	3525	1500	6583	11849	1799	5326	8308	1559	1320	1980	1500	4460	6690	1500	2615	3922	1499	22654	36274	1601
1978	3000	3600	1200	6913	8296	1200	6326	9489	1500	1500	1800	1200	4970	5964	1200	2915	3498	1200	25624	32647	1274
1979	4200	3715	755	11925	9874	828	7396	9372	1267	2430	1837	755	6369	4815	756	4535	3428	755	29885	33041	1105
1980	4500	3888	864	13300	14364	1080	8742	12588	1439	3300	2851	863	12100	12427	1027	7350	6985	950	49292	52103	1078
1981	19400	8963	462	30000	13860	462	9318	6575	706	5500	3696	672	17000	11475	675	10200	5141	504	91418	49710	543
1982	14900	19668	1320	19678	25974	1320	9386	13516	1440	5647	6776	1200	21319	28141	1320	9500	12540	1320	80430	106615	1325

FONTE: Produção Agrícola municipal -FIBGE/OBS: para 1982 "dados preliminares" da FIBGE

Acervo ISA

CHAPADAS DO SUL MARANHENSE

PRODUÇÃO DE ARROZ

1975/1982

ANO	ÁREA	ÍNDICE	PRODUÇÃO	ÍNDICE	RENDIMENTO	ÍNDICE	PRODUÇÃO REGIÃO/ESTADO (%)	ÁREA REGIÃO/ESTADO (%)
1975	10790	100	14883	100	1379	100	1	1
1976	17812	165	21241	142	1192	86	2	2
1977	22654	209	36274	243	1601	116	3	3
1978	25654	237	32647	219	1274	92	3	3
1979	29885	276	33041	220	1105	80	2	3
1980	49292	456	53103	356	1078	78	4	4
1981	91418	847	49710	334	543	39	6	9
1982	80430	745	106615	716	1325	96	6	6

FONTE: Produção Agrícola municipal-FIBGE/)OBS: para 1982 "dados preliminares"da FIBGE

Acervo ISA

É possível tecer algumas observações a partir destas informações, sem contudo pretender realizar uma análise do desempenho da região no que se refere à produção de arroz.

Os dados indicam um progressivo e significativo aumento no que toca à área cultivada (ha) e à produção (ton), enquanto o rendimento(kg/ha) não segue a mesma tendência, como seria de se esperar.

Esbarra-se aqui, novamente, com limitações próprias a este tipo de informação, já que estão englobadas, no caso, dados relativos à agricultura mecanizada e à chamada *lavoura de toco*.

No tocante à baixa produtividade apresentada pela agricultura da região, poderíamos supor, à título de um levantamento primeiro de hipóteses, que ocorre uma avaliação superestimada das áreas cultivadas para fins de financiamento e uma avaliação subestimada da produção, para fins de pagamento de impostos e de enquadramento em programas de seguro agrícola. Estes fatores, entre outros, estariam sendo responsáveis por um rebaixamento na produtividade por ha. Tal questão, no entanto, merece estudo mais apurado, a ser empreendido em trabalhos futuros.

A experiência de colonização dos produtores agrícolas oriundos, em sua maioria, do Rio Grande do Sul, e por isso denominados genericamente de *gaúchos*, atualmente assentados nas regiões do *Baixo Balsas e Chapadas do Sul Maranhense*, coloca em pauta duas grandes questões ao nível da ideologia dos que planejam e organizam os programas de colonização. A primeira concerne à utilização de máquinas como forma de superar o chamado "atraso na agricultura", de acordo com uma visão modernizadora e racional presente nos planos governamentais desde a década de 70[6]; a outra, diz respeito à importância relativa da "pequena exploração", ou seja, o trabalho na *lavoura de toco* – tal como os técnicos de agências de intervenção e assistência intitulam a pequena produção de base familiar – é considerado inseguro e impreciso, em contraste com a precisão matemática com que as máquinas executam, em diferentes fases do ciclo agrícola, as atividades mais distintas.

Parece haver um consenso entre técnicos e planejadores das expe

[6] Vide Wagner, Alfredo e Mourão, Lais - "Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo", in *Pesquisa Antropológica*, nºs 9 e 10, Brasília, 1976.

Acervo ISA

riências de colonização no que tange ao papel revolucionário conferido às máquinas na produção agrícola do Sul do Maranhão. Os tratores e colheitadeiras são tidos como realizando um trabalho considerado mais seguro e preciso, enquanto os trabalhadores e seus problemas são considerados como meros apêndices a este tipo de modernização.

A superioridade da produção mecanizada sobre a *agricultura de toco* não é jamais relativizada, mesmo quando as estatísticas disponíveis demonstram que o papel da produção da região em questão é "secundário" (7º lugar) e não determinante do crescimento da produção de arroz maranhense na última safra (81/82). (Vide tabela abaixo)

MICRORREGIÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t.)		
	PLANTADA	COLHIDA	ESPERADA	OBTIDA	Kg/hs PRODUTIVIDADE
Pindáre	186 390	186 390	242 626	245 876	1.319
Itapecuru	182 254	182 254	242 132	253 054	1.388
Imperatriz	120 500	120 500	264 000	216 684	1.798
Mearim	109 512	108 872	160 849	158 802	1.450
Alto Mear. Graj.	102 400	100 900	144 168	119 590	1.167
Médio Mearim	83 079	83 079	134 443	133 777	1.610
Chap. do Sul Ma.	80 430	80 430	98 893	106 615	1.325
Baix.Ociden Ma.	65 632	65 481	91 164	63 103	961
Alto Itapecuru	65 000	65 000	78 000	73 884	1.136
Baixo Parnaíba	41 928	32 013	64 605	44 874	1.070
Pastos Bons	38 750	38 750	47 112	42 162	1.165
Alto Munim	34 820	34 820	35 566	34 397	980
Gurupi	32 300	32 900	41 150	41 150	1.273
Baixo Balsas	27 460	27 460	35 040	28 529	1.038
Baixo Orient. Ma.	4 907	4 907	4 788	6 113	1.245
São Luis	3 448	3 448	3 908	3 908	1.333
U.F.	1 178 810	1 167 204	1 658 544	1 576 518	

OBS.: Dados fornecidos pela SAGRIMA - Balsas, 1982.

Acervo ISA

Ressalte-se ainda que o emprego de máquinas exige uma determinada extensão plantada, isto é, aproximadamente 600 ha, porquanto uma dimensão inferior seria considerada "antieconômica", e o proprietário da máquina teria que alugá-la a fim de não mantê-la ociosa. Tal "capacidade ociosa" determinaria o tamanho da exploração, exigindo propriedades acima de 500 ha, ou um sistema de aluguel de máquinas bastante eficiente, capaz de suprir demandas diversas num mesmo período do ciclo agrícola.

As propriedades acima de cinco módulos são, deste modo, fortalecidas ou estimuladas, e com isto transcende-se à capacidade dos grupos de base familiar, estimulando-se o emprego do trabalho assalariado. De fato, como se verá, a experiência de colonização do Sul Maranhense faz surgir uma camada de trabalhadores assalariados, empregados nas mais diversas tarefas permanentes ou temporárias.

Um resultado parcial da leitura destas diversas versões sugere que os empréstimos bancários estariam voltados para a "grande exploração", enquanto que os grupos apoiados na unidade de trabalho familiar, característicos da "pequena exploração", tendem a ser destimulados.

O trabalho de campo

A necessidade da realização de um trabalho de campo que servisse de base à redação deste trabalho surge, portanto, no bojo das citadas versões e diante de uma primeira crítica aos dados secundários dispo - níveis. O trabalho de campo é fruto, ainda, da necessidade de levantar informações primárias, que esclarecessem alguns aspectos do processo de colonização da referida região.

Realizado no período que transcorre entre 20.11.82 e 05.12.82, o trabalho de campo teve por objetivo precípuo, servir de base ao apro - fundamento de algumas reflexões já iniciadas em trabalhos anteriores[7],

[7] ANDRADE, Maristela de Paula - *Os gaúchos descobrem o Brasil: os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários* - tese de mestrado apresentada à FFLCH-Universidade de São Paulo, 1981.

assim como perseguir o esclarecimento de questões colocadas por diferentes interpretações do processo de implantação da agricultura em bases empresariais nas regiões *Chapadas do Sul Maranhense* e *Baixo Balsas*.

O material que serve de base à redação deste trabalho constitui-se assim, de informações colhidas diretamente junto a produtores agrícolas; a funcionários da rede bancária oficial; a técnicos de instituições de extensão e assistência rural e de empresas particulares de planejamento e assistência técnica; a funcionários de revendedoras de adubos, fertilizantes, máquinas e implementos agrícolas; e a políticos , na cidade de Balsas.

Tais informações foram obtidas através de entrevistas (gravadas ou não), assim como de conversas informais com os vários agentes envolvidos na experiência. Recorremos, ainda, à observação direta por ocasião das visitas às denominadas *fazendas*, oportunidades em que pudemos percorrer as lavouras mecanizadas e atentar para o emprego dos maquinários.

Acervo ISA

A OCUPAÇÃO DO SUL MARANHENSE POR PRODUTORES AGRÍCOLAS DO SUL DO PAÍS

A ocupação das terras do Sul Maranhense, uma área de pecuária tradicional, por várias categorias de produtores agrícolas oriundos do Sul do país, a partir de 1974, embora seja denominada usualmente de colonização, assume características peculiares. Não se trata, exatamente, de uma experiência de *colonização dirigida*, nem de *colonização espontânea*, ou de *colonização particular*.

Tais produtores agrícolas, os denominados *gaúchos*, procedentes de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, e sobretudo do Rio Grande do Sul, não se transferem de seus estados de origem estimulados por nenhum programa de colonização oficial, tal como ocorre em outras áreas, onde a COLONE, a COMARCO e o INCRA desenvolvem ou desenvolveram seus programas.

O deslocamento destes produtores agrícolas não se assemelha, também, ao processo espontâneo de ocupação de terras devolutas, tal como ocorre na Pré-Amazonia Maranhense. Enquanto nesta região pequenos produtores diretos, egressos do Nordeste e do próprio Maranhão, se defrontam com terras antes ocupadas unicamente por nações indígenas[1], os chamados *gaúchos* se instalam em áreas onde um campesinato encontra-se enraizado há mais de dois séculos[2]. Ou seja, os denominados *gaúchos* não se defrontam com áreas "livres", e sim com terras efetivamente ocupa

---

[1] Para melhor esclarecimento da questão da ocupação da Pré-Amazonia Maranhense ver: Andrade, Manoel Correia de - *Paisagens e Problemas do Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973;/Alfredo Wagner "Rumo ao Pará: alternativa à expropriação do campesinato no Maranhão", Rio de Janeiro, mimeo, 1978 - /Velho, Otávio Guilherme - *Frentes de Expansão e estrutura agrária*, Rio de Janeiro, Zahar Ed, 1972;/Santos, Murilo - *Bandeiras Verdes*, in Transformações econômicas e sociais no campo maranhense, vol 4, São Luís, CPT, 1981.

[2] Sobre a ocupação do Sul do Maranhão, ver: Carvalho, Carlota - *O Sertão*, RJ, Ed. de Obras Científicas Literárias, 1946 / Paula Ribeiro, Francisco de - "Roteiro de viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da capitania do Maranhão e de Goias no ano de 1815, em serviço de S.M. Fidelíssima", In *Revista de História e Geografia*, São Luis, 1848;/"Descripção do Território de Pastos Bons nos Sertões do Maranhão", In *Revista de Hist. e Geo.* São Luis, 1848.

das[3].

Não se constata, ainda, neste caso, traços de uma experiência de *colonização particular*, muito embora se haja menções nos depoimentos à presença de uma empresa deste tipo no início do processo de ocupação da região pelos denominados *gaúchos*.

Procuraremos, portanto, antes de mais nada, explicitar em que moldes ocorre a referida experiência de colonização, descrevendo o deslocamento dos produtores agrícolas até o Maranhão, assim como as primeiras transações de compra e venda de terras e o assentamento nas áreas adquiridas.

Grilagem nos Gerais de Balsas[4]

Os primeiros produtores agrícolas do Sul do país a se instalarem na região, chegam ao Maranhão por intermédio de uma empresa particular de colonização, referida na maioria dos depoimentos como sendo de Goiás. Tal empresa teria "vendido" terras em Mato Grosso a cerca de vinte produtores do município de Não Me Toques, Rio Grande do Sul. A situação legal destas terras, porém, era irregular e por isso, já que os compradores haviam antecipado certa quantia, a empresa lhes oferecera terras no Maranhão. Eis como um dos entrevistados, grande arrendatário no local de origem, relata o episódio:

---

[3] Karl Marx caracteriza as "verdadeiras colonias", como "terras virgens, colonizadas por imigrantes livres", afirmando ainda que "uma colônia livre se caracteriza por serem comuns grandes extensões de seus territórios, podendo cada colonizador transformar um pedaço de terra em sua propriedade privada e meio individual de produção, sem impedir o que vem depois de fazer a mesma coisa". Acrescenta ainda: "a terra, para ser um elemento de colonização, não tem apenas de ser inculta; tem de ser também propriedade pública, passível de ser convertida em propriedade privada".(Marx, K. - "Teoria moderna da colonização", in *O Capital*, livro 1, vol.2, Rio de Janeiro, Ed. Civilização, 1968, pp 883 e 887). A experiência de ocupação das terras do Sul do Maranhão pelos chamados *gaúchos* não poderia, deste ponto de vista, ser caracterizada como um processo de colonização, já que este conceito envolveria a ocupação de terras "livres" incultas e públicas.

[4] Entende-se usualmente por Gerais de Balsas a região que recobre a parte Sul dos municípios de Balsas e Riachão. É uma área de grandes extensões de *chapadas* e apropriada tradicionalmente para a atividade criatória.

> *" (...) Veio um cara de Goiânia vendendo terras em Mineiros, então vinte e um agricultores de Não Me Toques compraram terras em Mineiros e todo mundo deu entrada nas terras. Quando fomos ver, era tudo terra de segundo andar ... sem escritura (...) era divisa do Mato Grosso com Goiás (...) Aí, não deu certo, deu zebra. Aí, então, ele disse: se vocês querem ir para o Maranhão, nós temos terra lá, não perde a entrada, nós temos terra também no Maranhão, terras do estado. Daí, eles tinham feito contato com o governo no estado, em Balsas tinha muita terra parada, 400 mil hectares ... então o governo estava interessado em botar aquelas terras prá produzir, então eles começaram a lotear aquelas terras". (G.N.)*

Um profissional liberal do Sul do país, que passa a investir na agricultura em Balsas, discorre sobre o mesmo tema, chamando a atenção para o processo de grilagem presente nesta primeira fase de ocupação das terras da região:

> *"Foi decorrência de uma empresa que entrou em contato com o governo do estado para fazer uma distribuição dessas áreas devolutas do município de Balsas prá região conhecida como Gerais de Balsas. Mas, houve atrás disso alguma grilagem ... foi anterior à discriminatória. A discriminatória foi julgada agora e ainda não foi feita a demarcação. Então, essa companhia começou a vender títulos, quando na realidade só poderia encaminhar títulos, mas eles venderam (...) Então, vieram várias pessoas prá cá com a intenção de tomar conta dessas áreas, mas sem ter conhecimento que essas terras pertenciam ao governo e deveriam se dirigir diretamente ao estado prá fazer a compra". (G.N.)*

Estes primeiros *gaúchos* instalam-se nos Gerais, onde passam a cultivar a terra, após obterem carta de anuência do estado para fins de financiamento junto à rede bancária oficial. Permanecem nesta região durante aproximadamente dois anos, de onde se deslocam, segundo eles, dadas as dificuldades de escoamentos da produção. A partir de então, passam a adquirir áreas próximas à sede da cidade, como relata o mesmo ex-grande arrendatário no Sul do país, anteriormente referido:

> *(...) "E nós ficamos lá nós Gerais de Balsas um ano sem plantar, foi em 74, em dezembro ... trabalhemos lá quase um ano e meio e pode-se dizer duas colheitas, e quando eu vi que o estado não ia fazer nada, até hoje não fez, então eu vim prá*

Acervo ISA

> *cá. A metade do que a gente colhia pagava em frete, então eu vi que não ia aguentar. Enquanto isso eu já conhecia melhor Balsas, comecei a comprar terras aqui" ... (G.N.)*

Em 1979, o estado promove na região uma ação discriminatória, na qual estes produtores agrícolas habilitam-se legalmente como posseiros, já que, após o abandono da área para fins de agricultura, haviam estabelecido ali a atividade pecuária.

Apesar de julgada a ação discriminatória, em 1980, os chamados *gaúchos* não conseguem obter o título das terras, recorrendo, então ao auxílio sempre mais rápido e eficaz de *grileiros*, conforme as palavras de um dos entrevistados:

> *"Ficamos esperando pelo governo anos e anos, mas nunca saía. Aí, entrou uns grileiro e conseguimos a escritura. O seu Cana Verde comprou um direito lá e podia tirar a quantia de terra que quisesse. Aí, vendeu prá nós. Mas, tivemos que pagar de novo". (G.N.)*[5].

Pode-se constatar, portanto, neste primeiro momento de ocupação das terras de Balsas, um processo de *grilagem* que se desdobra em duas

---

[5] Durante os diversos períodos de trabalho de campo na região, pudemos coletar inúmeros dados sobre as ações deste grileiro. A imprensa, igualmente, registrou episódios envolvendo sua figura. No inventário sobre os conflitos de terra no Maranhão, em 1980, realizado por Alfredo Wagner B. de Almeida encontramos o registro do seguinte episódio:

"GRILAGEM NOS GERAIS DE BALSAS" - "O clima de tensão social se torna alarmante no interior do município de Balsas, com a presença do jagunço grileiro "Cana Verde", que tem o apoio financeiro do empresário Joaquim Coelho e Silva e do deputado Absalão Coelho, que vem abusando da função que ocupa de parlamentar, fazendo grilagem de terras nos Gerais de Balsas. O grileiro José Coelho Ribeiro, vulgo "Cana Verde", é um testa de ferro, que vem ameaçando a todos os moradores daquele município, inclusive já enviou jagunços para os Gerais de Balsas, onde praticam toda sorte de perversidades, usando até de incêndios, deixando várias famílias desabrigadas, ao relento, ferindo um dos principais direitos humanos,o direito à moradia. E o pistoleiro Cana Verde disse que tem ordens para desapropriar todos os moradores num prazo de 30 dias. Alguns dos lavradores que tentaram reivindicar sues direitos lesados, já foram punidos com prisão, pois o pistoleiro conta com o total apoio do deputado Absalão".

As terras em que moram cerca de 300 famílias, são terras nacionais, (devolutas). Agora, diante de uma inédita supervalorização estão surgindo donos fantásticos, com documentos forjados, com a colaboração de políticos.

Diante do exposto, solicitamos respeitosamente a intervenção do nobre Ministro da Justiça, Exmo. Sr. Ibrahim Abi Ackel, a fim de apurar tal situação e punir os responsáveis, pois dezenas de famílias já se encontram em estado desesperador(...)

Em nome dos demais lavradores e do meu próprio, assumo inteira responsabilidade. Gerata Amorim Cardoso (lavrador) (sic). "(Carta enviada por um lavrador de Balsas à redação do Jornal Pequeno)".

Acervo ISA

etapas: a primeira, passando pela intermediação de uma empresa particular que "vende" terras públicas; a segunda, onde aparece a figura de *grileiros*.

Neste caso, a situação de *grilagem* nas duas etapas, implica em um apossamento ilegal de terras devolutas, sendo que na segunda fase o *grileiro* compra uma posse e forja um título que lhe permite açambarcar enormes extensões de terra[6].

Episódios envolvendo posseiros dos Gerais de Balsas[7] deixam perceber que os legítimos ocupantes destas terras não obtiveram do Estado o mesmo tratamento que o conferido aos chamados *gaúchos*, os quais puderam conseguir cartas de anuência, habilitaram-se enquanto posseiros e, finalmente, embora por caminhos ilegais, conseguiram o título das terras.

Não se destacam também, nestes episódios, grandes movimentações de trabalhadores rurais exigindo o cumprimento das disposições do Estatuto da Terra neste primeiro momento, o que poderia dispo-los em situação de "igualdade", em relação aos denominados *gaúchos*. Por outro lado, entretanto, registra-se uma movimentação sindical importante nos últimos anos, o que levou o "poder oligárquico", constantemente apeado na direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a sofrer uma derrota para um movimento sindical renovado pelo menos em dois municípios: Riachão e São Raimundo das Mangabeiras.

---

[6] Tal modalidade de *grilagem* é descrita por Wagner nos seguintes termos: "As terras comunais constituem uma antiga instituição que se fundamentou historicamente ao lado dos domínios do Estado e das propriedades da Igreja. *As chapadas do Sul do Maranhão*, e os campos da Baixada Maranhense *mantem-se ainda hoje como áreas de pasta - gens comunais*, assim como as *terras de santo* (Itamatatiua, São Bento) constituem áreas comunais para o cultivo. (...) Há dificuldades em reconstituir as cadeias dominais e nestes casos são frequentes as ações dos *grileiros* que falsificam títulos e registros em cartório. Trata-se de uma grilagem cartorial." (Ibid.)

[7] No referido inventário realizado por Almeida (ibid.) encontra-se a seguinte notícia:

"POLÍCIA PERSEGUE POSSEIROS":"Dom Rino Carlesí, bispo prelado de Balsas, denuncia que no dia 28 de maio, na localidade Lagoinha, situada na cabeceira do rio Balsinha, o grileiro Pedro Pereira Martins, em companhia do capitão Severo, com mais dos soldados, prenderam Danúbio dos Santos, de 47 anos, pai de 12 filhos, agrimensor, que estava fazendo um serviço de demarcação de terra a pedido de 29 posseiros daquele local, os quais viriam a São Luís pedir carta de anuência, na Coterma. Esta prisão, considerada injusta pelos representantes da Igreja no município de Balsas, bem como pelos lavradores, não teve o conhecimento do promotor, sendo taxada de absurda por toda a população daquele município".

Acervo ISA

Apesar da ocorrência de *grilagem* e mesmo de atos de violência , constata-se, ainda, de parte dos chamados *gaúchos*, a existência de uma representação da região e dos trabalhadores rurais como pacíficos e não violentos, conforme as palavras de um dos entrevistados:

> *"Fiquei satisfeito com a região. É uma região pacífica demais, uma região onde não existe banditismo, não existe crime, nada disso. O povo nativo daqui, o povo natural da terra, é um povo muito pacato". (G.N.)*

Ocorre que os chamados *gaúchos* não sustentam sua atividade econômica na apropriação da renda da terra, promovendo, ao contrário, a introdução do assalariamento e o "fim dos agregados", assim como das modalidades de pagamento de *renda* até então vigente na área. E, como os *gaúchos* não se envolvem diretamente em atos de grilagem, preferindo,inclusive, adquirir terras já tituladas, os poucos movimentos de resistência pela posse da terra não são a eles dirigidos.

A transformação operada pela instalação dos chamados *gaúchos* na região é, portanto, cercada da aura do pacifismo, do progresso lento e da implantação de instituições que levam em conta o "trabalhador livre".

Os pioneiros

Os primeiros produtores agrícolas do Sul do país a se instalarem em Balsas recebem dos demais *gaúchos* a denominação de *pioneiros*, categoria que envolve os que "chegaram primeiro", sem obedecer, porém, necessariamente, a critérios cronológicos. Distinções são feitas, em termos das representações envolvendo a figura dos *pioneiros*, entre os que antecedem os demais e usufruem de prestígio pelo fato de terem experiência na agricultura, e aqueles que, mesmo tendo chegado antes,não são agricultores e se envolvem em atos ilegais de compra e venda de terras. Estes últimos, em alguns depoimentos, são denominados *quase pioneiros*, muito embora aleguem ter chegado a Balsas antes de 1974, e não usufruam do prestígio que a categoria confere. Os depoimentos que se seguem,

permitem perceber as diversas distinções feitas:

> *"Acontece que os pioneiros aqui, quem tava aqui, foi o seu P". (G.N.).*
> *"O seu P. trabalhou muito com lavoura, viu ? Dos primeiros ' era o que mais experiência tinha"... (G.N.).*
> *"Olha, vai completar agora quatro anos que viemos para cá a gora em Março e fomos dos primeiros (...) antes de nós teve gente que veio prá cá, viu, não sei... entre eles a gente co nhece alguns que eram da mesma cidade e já havia uma pequena porcentagem de pessoas que a gente conhecia assim não com as melhores informações, viu ? Entre os primeiros, esses que a gente considera quase dos pioneiros... o A. inclusive que se diz gaúcho, ele passou por médico, mas hoje já ninguém mais fala em A..." (G.N.)*

O pioneiro é descrito, ainda, como aquele que, sendo de confiança, e tendo armazenado conhecimento e experiência, convida os demais a vi rem com ele, após "ter encontrado um lugar". Em geral, já viajou por outras regiões (Mato Grosso, Goiás, Pará) e descreve um itinerário diferente dos demais, que saem diretamente do Rio Grande do Sul para Bal sas.

> *"Aí ele (P.) indo pro sul contava muita vantagem e tal (...) e aí, com o incentivo do P. e mais alguns que vieram prá cá, e acharam grande vantagem, uma grande oportunidade, né, nós viemos..." (G.N.)*

Além do conhecimento, os *pioneiros* detêm recursos econômicos que lhes permitem trazer assalariados sob regime de contrato temporário. Estes, por sua vez, passam a estimular a transferência de outras famílias:

> *"... Então vieram três cunhados trabalhar de empregado. Vie ram trabalhar pro seu P. de empregado. Aí, trabalharam uns dois anos aqui e foram passear lá no sul, e a gente conver sando diz ele que aqui talvez tenha futuro ainda né, possa comprar terra barata"... (G.N.)*

Em termos de representação e ideologia, a figura do *pioneiro* aju sta-se a uma exaltação de suas qualidades, enquanto portador de uma cul tura mais "avançada". O *pioneiro* carrega consigo as possibilidades de desenvolvimento e progresso tecnológico para as regiões consideradas ' "atrasadas" e "inóspitas" que ocupa:

> *"... Porque uma região inóspita como os Gerais seria colonizada de uma forma racional, com uma lavoura, com uma tecnologia igual às nossas do Rio Grande do Sul, que se equipara às melhores do mundo. Esta tecnologia é automaticamente transportada para os Gerais (...) que seria um ressurgimento para aquela região"... (G.N.)*

É reavivada, ainda, no novo contexto de ocupação, a memória de sua ascendência européia e, neste sentido, o "desbravamento" do Maranhão é vivido como uma nova etapa do antigo "desbravamento" do Rio Grande do Sul pelos europeus.

> *"Olha dona, acontece que aquele povo que veio da Europa há muito tempo, se estabeleceu no Sul, parece que tem no sangue aquele negócio de desbravar, não é ? É... o Rio Grande do Sul ficou assim espaço limitado de área, principalmente para quem mexe com agricultura, aí o povo começou a sair prá Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul. Com pouco espaço de tempo lá também ficou uma área limitada" ... (G.N.)*

A colonização holandesa do Rio Grande so Sul é invocada em diversos depoimentos, ao traçarem um paralelo com a ocupação do Sul do Maranhão. Deste modo, a valorização de "terras improdutivas", a introdução de uma tecnologia desconhecida dos "nativos", como no caso dos holandeses em relação ao Rio Grande do Sul, é devida, no Maranhão, aos "desbravadores gaúchos".

> *"... Eu já tive oportunidade, lá no Rio Grande, onde eu morava, na cidade de Campo Real, em Não Me Toques, Carazinho, onde houve migração holandesa, onde os holandeses são radicados em nossa região no Rio Grande do Sul. Então, de início, aquelas terras que hoje são as terras mais caras do Brasil, não tinham valor nenhum. Eram terras, prá nós, improdutivas. Com a vinda desses holandeses, com a tecnologia aplicada por eles, esses campos nativos que para nós tinham um valor muito relativo, começaram a ser campos de soja, trigo, e mesmo pastagens já num estilo mais sofisticado... então esses holandeses compraram muitas áreas de terra (...) Hoje a gente reconhece o trabalho deles e valoriza, e temos muito orgulho quando se diz que nossa comunidade lá é composta também por imigrantes holandeses... então é a mesma coisa, o mesmo processo que está acontecendo em Balsas..." (G.N.)*

Acervo ISA

Estes produtores agrícolas percebem-se a si mesmos como elementos portadores de inovações e de conhecimentos tidos como avançados, apoiados em uma tradição de colonização, que afasta qualquer dúvida ou incerteza quanto ao "progresso" que marca suas iniciativas. Vêem-se como produtores agrícolas "modernos", percebendo implicitamente os "maranhenses", como desconhecedores das inovações tecnológicas e, portanto, fadados a uma posição nitidamente inferior face a eles. A exaltação da ascendência européia reforça esta ideologia colonizadora, que os coloca numa posição assimétrica face aos "nativos" e numa postura etnocêntrica[8], ao valorizar e ver todo o mundo da produção agrícola tão somente de sua ótica e daquela de seus conhecimentos e técnicas, menospre - zando inteiramente a agricultura até então desenvolvida na região, assim como as formas de ocupação e uso da terra nela vigentes. Tal ideologia, aliás, é partilhada pelos técnicos de diversas agências de intervenção. (Vide Introdução)

[8] Leia-se Lévi-Strauss, Claude - "O Etnocentrismo" In *Raça e História*. Lisboa, Editorial Presença, 1975 pp. 19-28.

Acervo ISA

OS GAÚCHOS: DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

Existem atualmente, na região, aproximadamente 300 famílias de produtores agrícolas do Sul do país que, embora sejam oriundos, em sua grande maioria, do Planalto Médio do Rio Grande do Sul (dos municípios de Passo Fundo, Carazinho, Não Me Toques, Tapera, Chapada, Palmeira das Missões, Erechim, Planalto entre outros), não constituem um grupo social homogêneo.

Estes chamados *gaúchos* podem ser agrupados, no entanto, à título de uma classificação primeira, de acordo com a situação anterior e os recursos trazidos do local de origem, e conforme os recursos obtidos através do Estado.

No que diz respeito aos recursos conseguidos através de financiamento bancário, há que se destacar duas fases: a anterior e a que se sucede à restrição do crédito, a partir de 1980. Deste modo, para esta classificação inicial, tentaremos cruzar estes dois fatores: o que se refere à situação anterior em termos de recursos, e o que diz respeito à época de chegada à região.

Entre os que chegam antes de 1980, época em que a rede bancária oficial repassava recursos do PROTERRA, destacam-se aqueles que já trazem recursos do local de origem. Alguns deles, pertencentes ao grupo dos denominados *pioneiros*, eram grandes arrendatários, proprietários de grandes áreas no Sul do país (mais de 100 ha) ou integrantes de outros grupos sociais não ligados à terra (negociantes de automóveis, de bebidas).

Outros, chegam ao Maranhão antes de 1980, porém com menores recursos trazidos dos locais de origem. Apesar disso, favorecidos pelas facilidades do crédito bancário, conseguem equipar-se e consolidar-se como médios e até grandes produtores no Maranhão.

Entre estes últimos, encontram-se proprietários de áreas menores (entre 10 e 20 ha), assalariados rurais, e também profissionais liberais (professores, advogados) nos locais de origem.

Aqueles que chegam após a restrição do crédito bancário constituem-se, principalmente, de assalariados rurais, de proprietários de pe

Acervo ISA

quenas áreas, ou ainda de técnicos de nível médio (técnicos agrícolas) nos locais de origem.

Embora reconhecendo a rigidez e precariedade de uma classificação deste tipo, já apontada e discutida por diversos autores[1] procuraremos separar os chamados *gaúchos*, à título de uma categorização primeira,em distintos grupos.

Compondo o grupo daqueles que se poderia denominar de "abastados" estariam os que chegam antes de 1980, trazendo maior volume de recur - sos (recursos financeiros, equipamentos agrícolas, assalariados) dos locais de origem. São eles os atuais proprietários de usinas de benefi ciamento de arroz, de unidades de tratamento de sementes, de revendedo ras de equipamentos agrícolas, de usinas de extração de calcáreo.

As propriedades dos que constituem a categoria dos "abastados",va riam no Maranhão, entre 5 a 20 mil ha, sendo que alguns não se desfize ram de todas as áreas do Sul do país.

Os integrantes deste grupo empregam mão de obra assalariada em suas *fazendas* e combinam a atividade agropecuária a outros empreendi - mentos, como os acima descritos.

Outra categoria seria a constituída por aqueles que se valeram ' mais das possibilidades do crédito, que dos recursos trazidos do local de origem. A partir da venda de suas pequenas propriedades, ou de ou tros bens, no Sul do país, transferiram-se para o Maranhão, onde adqui riram áreas maiores, a baixo preço, e passaram a investir na agricultu ra com recursos obtidos em órgãos governamentais.

Os integrantes deste grupo combinam o assalariamento de terceiros com a utilização da mão de obra familiar e, em geral, residem nas próprias *fazendas*. Entre eles, muitos acham-se em condições de se tornar independentes do financiamento bancário a curto prazo.

Outra categoria seria, ainda, aquela constituída pelos que se

[1] Vide Alavi, Hamza - "Revolução no campo", In *Problemas e Perspectivas do socialismo*, RJ, Zahar, Ed. pp 299-351; / Palmeira, Moacir - "Diferenciação Social e Participação Política do Campesinato: primeiras questões", RJ, Museu Nacional, mimeo, 1977 .

Acervo ISA

transferem para o Maranhão no limite entre a concessão e a restrição do crédito. Estes, possuem lavouras em estabelecimento, em áreas mais restritas (200 a 500 ha) e enfrentam maiores dificuldades: dívidas bancárias, sem possibilidades de se tornarem independentes a curto prazo, menos equipamentos, menor volume de recursos próprios. E, como as possibilidades de assalariar terceiros, no caso dos integrantes deste grupo, é menor, a auto exploração da força de trabalho familiar é também mais intensa.

E, finalmente, se teria uma camada que se poderia denominar de "assalariados gaúchos", composta tanto por aqueles sem terra, quanto pelos que, chegando após a restrição do crédito bancário, apesar de possuirem a terra, não conseguiram se estabelecer enquanto produtores independentes. Este grupo constitui-se, portanto, dos chamados e autodenominados *empregados*, desempenhando nas *fazendas* funções de tratoristas, mecânicos, motoristas, capatazes e gerentes.

Muitos destes denominados *empregados* deslocam-se para o Maranhão em companhia do *patrão* do Sul, em regime de contrato temporário. Outros, vêm através de recursos próprios e, no caso dos que cultivavam a terra no local de origem, passam por um processo de proletarização, sem conseguir se estabelecer como produtores independentes, passando, no Maranhão, à condição de assalariados.

Em um levantamento realizado por um dos funcionários de uma revendedora de equipamentos agrícolas, por ocasião do "Encontro da Migração"[2] verificou-se que: de 129 chefes de famílias entrevistados, 3o se autodefiniram como *empregados*. Este número leva a perceber o peso da categoria assalariado no conjunto dos chamados *gaúchos* e evidencia uma estratificação interna ao referido grupo social, que desautoriza as interpretações que querem fazer valer tão só a homogeneidade dada pelo fato do local de origem comum.

---

[2] A Igreja Católica de Balsas, em conjunto com a de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul realizou, em 1981, um encontro entre os produtores agrícolas hoje residentes neste município, ocasião em que um dos funcionários de uma revendedora de equipamentos - a Lavro Norte - realizou o referido levantamento através de questionários.

Acervo ISA

INCORPORAÇÃO DAS CHAPADAS DO SUL MARANHENSE AO MERCADO NACIONAL DE TERRAS

Após o assentamento temporário nos Gerais de Balsas, os chamados *gaúchos* passam a se valer do desnível de preço entre as terras do Sul do país e aquelas da região, para adquirir áreas mais próximas à sede daquele município. Neste período, o preço da terra, especialmente o das *chapadas*, era irrisório se comparado aos do Sul do país, permitindo que a venda de pequenas áreas nos locais de origem possibilitasse a compra de grandes extensões de terra em Balsas. Nas palavras de um dos denominados *pioneiros:*

> *"As terras estavam caras no sul. Prá ficar no sul eu ia comprar terra muito pequena e eu não queria. Então, o único jeito era sair (...) Naquela época (1974, em Balsas) se comprava terra a dezoito, vinte cruzeiros o hectare. Um maço de cigarros comprava um hectare de terra"... (G.N.)*

Ressalte-se que as áreas de *chapada*, como tivemos oportunidade de nos referir em outro trabalho[1], vinham sendo destinadas pelos trabalhadores maranhenses, à caça, coleta e criação de animais.

No contexto da pequena produção de base familiar, desta região , tais áreas de *chapada* representam, tradicionalmente, recursos naturais de usufruto comunal, ganhando importância por estarem ligadas a estratégias de sobrevivência que não a agricultura. Tais áreas constituem ' fonte de suprimento de recursos a serem utilizados no fabrico do óleo e de outros alimentos, assim como de sabão, medicamentos, além de re - presentarem os principais locais de caça e criação de gado ou outros animais.

No contexto das grandes propriedades da região, igualmente, as *chapadas* vêm sendo, historicamente, apropriadas para a pecuária extensiva, sem sofrerem, no entanto, qualquer espécie de cercamento. Como em outras regiões do estado[2] as *chapadas*, as *fontes*, as áreas de *refrigério*

[1] Cf. Andrade, Maristela de Paula - op.cit.

[2] Cf. Wagner, A. - op.cit.

Acervo ISA

do gado, constituem uma espécie de patrimônio coletivo, já que se apresentam como condições indispensáveis à sobrevivência dos rebanhos.

Se aos que se transferem do Sul, as *chapadas* se apresentam como o tipo de terreno ideal, já que, por suas características topográficas, se prestam à utilização da maquinaria, aos trabalhadores da região estas mesmas áreas aparecem como que desprovidas de qualquer valor comercial. Neste sentido, a incorporação das *chapadas* ao mercado nacional é representado por eles como a "descoberta do valor da terra".

Critérios para escolha e modalidades de aquisição da terra pelos chamados gaúchos

Dois fatores parecem ter afetado a escolha do Sul do Maranhão pelos produtores agrícolas do Sul do país: as condições de topografia das *chapadas*, em oposição às áreas acidentadas do Sul do país, assim como a constância das precipitações pluviometrícas. Um dos *pioneiros*, grande arrendatário no local de origem, e um proprietário de cerca de 10 ha no Sul do país, assim se expressam sobre a questão:

> *"Quando vim para Balsas vi aquelas terras boas. Tem muita terra boa, tem terra fraca também, tá certo, mas tem muitas terras boas, chove bem, o nordeste tem muita falta de alimentação, porque não ia dar certo ?" (G.N.)*
>
> *"Lá na nossa região as terra são tudo precipitada. Eu queria ir prá qualquer lugar do Brasil que tivesse terra chata, terra plana"... (G.N.)*

Alguns dos denominados *pioneiros* alegam, inclusive, terem procedido a análise da composição química dos solos, para constatar a sua qualidade, como relata um deles, atual proprietário de uma grande serraria na cidade e que não se dedica à agricultura:

> *"... Fiquei aqui dois anos e meio, só fazendo pesquisas. Daí, comecei fazer análise daqui e levar para o Rio Grande... daí eu levei os análises da terra aqui, contei a situação da terra para ele..." (G.N.)*

Entre os critérios para escolha das áreas em Balsas, os informantes apontam, ainda, aspectos jurídicos, tais como: terras tituladas, sem ocupantes, que não estivessem em processos de inventário nem em atraso com o órgão arrecador de impostos Nas palavras de um produtor

Acervo ISA

agrícola, que possuía 11 ha no Sul do país, mas que havia alugado a propriedade e estava trabalhando como assalariado no local de origem:

> *"... Eu sempre procurava comprar uma terra que teria água em cima, e que fosse uma terra legalizada, né, que não tivesse atrasado muitos anos pro Incra e que não tivesse inventário, né ? Eu quero comprar uma terra que não me dá dor de cabeça amanhã depois..."(G.N.)*

Além de atentarem, principalmente, para as condições legais da terra, a existência de água parece ter pesado no momento da escolha de algumas áreas em detrimento de outras, como explica o produtor agrícola citado acima:

> *"Onde não era enrolada, era uma chapada sem nada e a coisa mais triste é uma fazenda onde não tem nada, como tem alguns aí: sai o trator de manhã, no clarear do dia, prá chegar doze horas em casa sem tomar água, né, meio dia de viagem prá ir e voltar...(G.N.)*

Há, ainda, alusões ao futuro plantio da soja, que exigiria *chapadas* onde a presença de areia não fosse a constante, segundo explica o mesmo produtor agrícola, proprietário de cerca de 10 ha no local de origem; citado anteriormente:

> *"... Bom, existe a terra arenosa, não é, onde tem bastante areia. Em geral, pro arroz, é boa também não é ? Agora, prá outras culturas, como a soja, o milho, já existe tipos de solo que se sobressai sobre esta parte baixa, que tem muita areia. A chapada em geral, a chapada alta, é difícil ter muita areia, mais é a parte baixa, perto de água, de brejo, que dá mais areia." (G.N.)*

A compra das áreas do Sul maranhense, ocorre, inicialmente, por vias indiretas, através de intermediários. Além da presença temporária de uma empresa particular, profissionais liberais, comerciantes e outros agentes sociais, passaram a se interpor entre compradores e vendedores de terra.

Tais intermediários puderam agir através do recebimento de "comissões", em atos legais de compra e venda; através de atos ilegais (grilagem); através da pressão, de vários tipos, sobre os proprietários de terra:

Acervo ISA

A seguir, passamos a expor cada uma destas situações, a partir do depoimento das partes envolvidas. A questão das "comissões" é explicada por um dos chamados *gaúchos* - funcionário público no local de origem - e também um dos denominados *pioneiros:*

> *"Houve abusos, mas estas "comissões" eram aceitas como normais. Eu mesmo vivi muito tempo de "comissões": recebia 10 % do comprador e 10 % do vendedor"...*

Outro dos denominados *gaúchos*, no entanto, é apontado como um dos intermediários que mais se envolveu em transações ilegais de compra e venda de terras. Segundo as palavras do mesmo funcionário público.

> *"OA. andava pelo sertão vendo e apreendendo escrituras, e tomava a terra aos sertanejos em troca de um agrado"...*

Fazendo-se passar por médico, ou por fiscal do governo, este *gaúcho* (que os demais oriundos do R.G.S. insistem ser *catarinense*) se valia desta condição para conhecer a região e a situação das propriedades e, até mesmo, para apreender escrituras, segundo se pode depreender dos depoimentos. A este respeito, ele próprio relata:

> *"Eu trouxe 72 famílias prá aqui, por meu intermédio. Não estão todos morando aqui, mas todos têm fazenda aqui.*
> *P - Quer dizer que o senhor comprou terra para 72 famílias ?*
> *R - 72 famílias.*
> *P - Inclusive companhias ?*
> *R - Firmas também. Aqui, que eu cedi prá eles são cinco firmas do Rio Grande do Sul e do Paraná, como tem a Veicu - los Carazinho, teve a Serrano, que é da Volks, tem a Ford, e tem outras do Mato Grosso.*
> *P - E essas terras, você comprou de quem ?*
> *R - É o seguinte: os próprios maranhenses... eles quando viram o dinheiro, ficaram tudo doido... prá nós lá era pouco, mas prá eles era muito, porque o nosso valor de terra lá no sul, 1 hectare de terra dava prá comprar uma fazenda aqui. (...) Eu comprei 96 mil ha de terra e cedi ' tudo pro pessoal gaúcho. Eu só tirava meu trabalho e a viagem, né ?*

É de se notar, ainda, analisando o depoimento acima, que nem todos os que compraram terras em Balsas, se transferiram para o Maranhão. Além disso, chama a atenção a compra da terra por empresas, o que, em

Acervo ISA

certo sentido, leva a relativizar o caráter estritamente *familiar* deste processo de ocupação das terras do Sul do Maranhão.

Além da apreensão de escrituras, de modo agressivo ou não, outras formas de pressão foram acionadas contra os trabalhadores da região , com o objetivo de obter sua concordância nos negócios de terra. Eis como relata uma destas situações um proprietário de 3000 ha, da região :

> *"Ele (o gaúcho) veio insistindo, insistindo, prá mim ceder um pedaço de terra por tudo. Aí, eu prometi a ele, sim eu cedo esse pedacinho prá vocês, que muitos já vieram falar aqui e eu não posso vender isso tudo (...) quando foi de noite , chégou sete, com agrimensor e tudo. Pois é, quem não sabe ler, é só prá ter prejuízo, né ? Me deram um papel escrivido, que eu botei no bolso, quando eu vi o Carlinhos, que sabe ler, chegando, foram ler. Aí, foi que deram fé da treita deles. Era prá invadir mil e quinhentos hectare de terra. Aí , eu não quis mais. Aí, eles ficaram zangados, contrariado, deram parte na delegacia, querem que eu pague cincoenta e cinco milhão, de despesa de boía deles, de gasolina, de agrimensor, de tudo..." (G.N.;) ( )*

Os atos de *grilagem* observados em transações de compra e venda de terras, neste período, em Balsas, podem ser analisadas de dois pontos de vista: o do comprador e o do vendedor. Nos casos anteriormente citados, as transações ilegais partem dos que estão interessados na compra da terra. Ocorreram situações, no entanto, em que o comprador, no caso um produtor agrícola do Sul, foi ludibriado pelos vendedores.

A seguir, o relato do caso pelo envolvido, um dos chamados *gaúchos* proprietário de 11 ha que trabalhava como assalariado, no local de origem, já citado anteriormente.

> *"P - O senhor comprou direto do priprietário ?*
> *R - Não mas aí foi entrado em contato com o proprietário , eles tinham se combinado, ele disse a mesma coisa, né , ele tinha terra na data Sítio Coco, município Loreto e eles mostraram aquela areazinha de terra que pertence ao município Sambaíba e da data Posse, e dizendo que era da data Sítio Coco e era município de Loreto. Aí saiu a escritura, né, por a data e por município e então depois que eu tinha comprado, aí uns par de mes, aí os vizinhos que me orientaram, né, inté o escrivão, ele*

me mandou uma cartinha que era prá eu ir lá que eu esta va enrolado com as terras... mas como ? uma escritura ' que saiu mapa e tudo, tudo registrado, tá no banco e tu do, como é que tá enrolado ? Aí eu fui consultar ele e ele me explicou a sacanagem deles, do outro escrivão lá de Loreto (...) aí eu disse prá eles: vou botar na mãos do advogado, vocês vão ser chamados, aí o homem velho , que era o dono, ele disse: nós se enganemos, eu me enga nei, diz ele, por causa de meu cunhado e de minha mu- lher. Eles me aperrearam, queriam requerer uma área de terra, gastaram muito, demarcaram a área, e que esta á rea já tinho sido requerida por outro... eles gastaram' muito... então nós queria vender esta área e esta área não está diretamente no meu nome, porque eu, meus docu- mentos foi estragado por goteira de chuva da casa (...) e essa terra eu comprei de um sobrinho meu, no tempo que o dinheiro não valia nada, por um cavalo e uma vaca, né ?" (G.N.)

O depoimento leva a perceber que estão em jogo duas lógicas a ori entar a percepção em relação à organização do espaço - a dos que habi- tam a região há várias gerações e a dos que chegam do Sul do país.

O chamado *gaúcho* desconhece a geografia da região, assim como a divisão espacial própria da frente pastoril. A organização do espaço em *datas* - grandes extensões de terra sem limites precisos, caracterís ticas da instalação das fazendas de gado, desde a segunda metade do sé culo XVII, - lhe é desconhecida.

Por outro lado, a compra destas antigas áreas passa a exigir limi tes geográficos precisos, fixos, imutáveis, o que conduz a uma redefi- nição da antiga lógica em relação à divisão do espaço, e aos requesi - tos jurídicos necessários a uma transação de compra e venda. Deste mo- do, o trabalhador maranhense encontra-se na situação inédita de ter ' que lançar mão de um documento já corroído pelo tempo para vender uma área que ele havia "comprado" por um cavalo ou por uma vaca... Documen to este jamais necessário anteriormente, uma vez que tais *datas* não ti nham sofrido antes qualquer processo de retalhamento para fins de com- pra e venda.

Aquele que compra, bastam num primeiro momento, mapas e escritu-

Acervo ISA

ras que garatam a legalidade da transação, já que estes elementos (papéis, documentos) são próprios do código que orienta transações comerciais em seu local de origem.

Por outro lado, o trabalhador da região busca safar-se, através da venda, de outra situação envolvendo divisão de terras, em que membros de sua família são mal sucedidos. O depoimento parece referir- se à ação discriminatória levada à cabo na região, e à tentativa infrutífera de requerer uma área de terra junto ao Estado. Em função disto, , busca vender uma área de sua propriedade, cujos documentos não se encontram mais em seu poder.

Outro aspecto importante do depoimento aponta para a presença de outros agentes sociais, tais como o escrivão e o intermediário na venda das terras. Estes, de posse do entendimento das duas lógicas, em relação à percepção da organização espacial em questão, procuram tirar partido da situação,provavelmente jogando com ambas as partes.

Outras modalidades de aquisição da terra podem ser ainda observadas, como aquela mediada pelo trabalho assalariado. Neste caso, o *patrão* estabelece um contrato com os *empregados* que traz do Sul, a fim de que trabalhem para ele um certo período, sendo que apenas no final do mesmo possam ter acesso à terra. Faz parte do referido contrato, a doação de certa área de terra, já desmatada, após o período de trabalho combinado.

Os que vêm nesta condição de assalariamento, portanto, não compram terra para cultivo imediatamente após a chegada em Balsas, conforme o depoimento de um deles:

> *"Vieram trabalhando de empregado prá cá, não é, e com contrato com patrão por três anos, né, e quando venceu os três anos eles receberam uma parcela de terra, né, pelo contrato , né, pelo patrão, e eles entraram com essa terra que foi prometida a eles e eles compriram o contrato e eles conseguiram financiamento no banco e hoje estão muito bem" (G.N.)*

Embora não tenham acesso imediato à terra para agricultura, segundo se pôde depreender dos depoimentos, estes assalariados passam a adquirir terrenos na periferia da cidade, seja através de recursos pró -

Acervo ISA

prios, ou de aforamento junto à Prefeitura. Muitos deles, adquirem outros terrenos, além daquele onde fixam residência, com o objetivo de construir casas de aluguel. Nas palavras de alguns deles:

> *"... Mas eles estão como empregados, né, agora a casa aqui é deles mesmos, requereram o terreno, receberam da Prefeitura, né ? (...) O meu genro comprou mais um terreno aí, dois aqui e requereu um prá esposa, né ?" (G.N.)*

> *"... Eu tava pensando em comprar uns lotes e construir mais tarde, né, alugar, empregar o dinheiro, E aqui valoriza, lá (no RGS) valoriza, mas aqui valoriza mais Lugar tá crescendo muito ligeiro. Quando eu vim morar aqui tinha duas casas,né, nessas três ruas aqui, e agora já tem umas porção de casa . Aí, eu compro uns lote por aí e faço casa"... (G.N.)*

É de se notar ainda, que outra modalidade de aquisição da terra foi a participação, ainda que de modo indireto, da rede bancária oficial, já que parte do financiamento destinado à agricultura, segundo os informantes, foi sistematicamente desviada para aquele fim. Muitos depoimentos apontam, inclusive, a participação dos próprios funcionários da rede bancária em negócios de compra e venda de terras, como relata um ex-funcionário público do Sul do país:

> *"... Do dinheiro do desmatamento saía o preço da terra e a propina do gerente. Sobrava pouca coisa para investir realmente no plantio. (...) Muitos dos que não entraram neste esquema de loteamentos entre os proprietários de terra e o gerente do banco, foram perseguidos e nunca conseguiram financiamento"... (G.N.)*

A participação da rede bancária oficial em negócios de compra e venda de terras, ainda que indiretamente, também pode ser percebida através da não exigência da documentação da área para fins de financiamento. Segundo os depoimentos, no início da concessão de crédito agrícola na região, não havia necessidade de apresentação do título da terra. Uma simples carta de anuência do proprietário àquele que encaminhava o pedido de financiamento, era suficiente para que as agências da rede bancária oficial concedessem o crédito. Este procedimento , certamente, favoreceu atos de má fé e de *grilagem*, conforme atestam

diversos depoimentos. Nas palavras de um dos informantes:

> *"... Viemos também achando que ia continuar também fácil, né, porque no tempo deles o banco dava o dinheiro, ia lá hoje fazia a proposta e amanhã já saía com o dinheiro, né, maquinário e tudo, eles não queriam nem saber a distância, se tinha Incra pago, né, se era terra de inventário. Bastava que apresentasse a carta de anuência e já cuidava... hoje em dia não é mais assim: se não é a terra toda legalizada, já não financiam mais..." (G.N.)*
>
> *"... O cara tinha o terreno, né, cindo seis anos atrás bastava eu chegar com uma carta de anuência de uma terra do vizinho eu ganhava o finaciamento na hora, né ?(G.N.)*

Fica claro, pois, o apoio da rede bancária oficial, tornando - se mesmo o sustentáculo desta experiência de colonização, desde os primeiros momentos da transferência das famílias para o Maranhão. Sob o pretexto de financiar a produção de arroz, os bancos terminam por favorecer a compra de terras, dando margem ainda que de modo indireto, a atos ilegais.

Acervo ISA

ESTRATÉGIAS DE TRANSFERÊNCIA PARA O MARANHÃO E ASSENTAMENTO NA TERRA ADQUIRIDA

No tocante à transferência das famílias do Sul do país para o Maranhão, e às várias maneiras através das quais se dá o assentamento na terra adquirida, podem ocorrer várias situações.

No caso dos que vêm na condição de assalariados, observamos que parte do grupo familiar, em geral os filhos mais velhos, se deslocam ' antes. Em grande parte dos casos, é o próprio chefe, muitas vezes proprietário de uma pequena área (10 a 15 ha), que administra a dispersão do grupo familiar, como parte da estratégia de alocar todos os membros da família em uma área maior, no futuro. O depoimento que se segue foi dado pelo já citado chefe de família, proprietário de 11 ha no local de origem, mas que alugara a propriedade e se transferira para a cidade, onde trabalhava, juntamente com os dois filhos mais velhos, enquanto assalariados.

> *"Eu tava trabalhando numa firma e os rapaz na outra. Aí, vendemos a terra e viemos prá cá, e compramos mais terra aqui ... lá era 11 ha. Vendemos 11 prá comprar 530 aqui (...) A gente vivia lá trabalhando de empregado, viemos prá cá prá trabalhar em lavoura, mexer com terra, plantio, né ? (...) É, os dois rapaz veio na frente, né ? Ele veio prá cá, ficou um tempo aí, aí ele voltou prá lá e voltamos todos juntos" (G.N.)*

Outro depoimento é dado por uma mulher que trabalhava na agricultura no local de origem, juntamente com os filhos mais novos, em 12 ha de terras, enquanto os filhos mais velhos eram assalariados rurais, e o marido trabalhava em uma carpintaria de sua propriedade. Ela explica como se deu a transferência para o Maranhão:

> *"Nós saímos de lá por causa de poucas terras, né, lá a gente não tinha possibilidade de comprar mais terras, porque lá a terra é tudo preço muito elevado, muito caro (...) Meu filho, que mora aqui com meu genro, eles chegaram um ano antes já, mas eles estão como empregados, né ? (...) Esse que trabalha com o caminhão, ele veio um ano antes de nós também. (G.N.)*

Em alguns casos, já há uma ligação com um *patrão* no local de ori-

Acervo ISA

gem, e apenas após certo período de trabalho os filhos retornam ao Sul, ou simplesmente enviam recursos para buscar os pais e o restante da família. Segundo a mesma entrevistada:

> *(...) Uma filha está trabalhando com o mesmo dono dos outros dois aqui, ela é casada e o marido trabalha na lavoura, né ? Lá no sul, numa lavoura do mesmo dono, porque aquele dono de les aqui, o mesmo patrão, tem uma fazenda lá e uma aqui. Eles já trabalhavam lá e vieram prá cá. O filho não trabalhava com eles, veio só junto prá cima e começou trabalhar aqui. A gora, o genro já trabalhava quatro anos lá. Pois é, dái ele veio prá cima e continuou trabalhar com esse, né ? (G.N.)*

Trazer do Sul os chamados *empregados*, faz parte da estratégia daqueles produtores agrícolas de maiores recursos no sentido de garantir força de trabalho especializada e constante para os primeiros momentos da implantação dos projetos agropecuários.

De acordo com o contrato estabelecido, o denominado empregado fica impedido de se estabelecer enquanto produtor independente durante certo período. Este procedimento parece ter sido mais frequentemente adotado no início do processo de instalação dos chamados *projetos*, com o objetivo claro de garantir mão de obra especializada, enquanto não se formasse aquela "da terra"[1].

No caso dos assalariados, após a chegada de todo o grupo familiar, podem permanecer certo período residindo em casas de aluguel mas, em muitos casos, fixam residência na periferia da cidade, onde compram casa ou aforam terrenos da Prefeitura, a fim de construir. Nas palavras dos mesmos informantes:

> *"Eu morei um ano pagando aluguel de casa aqui, paguei um anos e três meses que paguei alguel, aí encontrei esse lote aqui na Prefeitura e construí esse barraco" (G.N.)*
> *(...) "Compremos uma casa lá no Potosi, com o terreno. É de adobo, mas sempre serve e sobrando o dinheiro... paguemos 100 mil prá subir com a mudança..."*

A aquisição e o assentamento na terra para cultivo, no caso destes assalariados, não ocorre imediatamente após a chegada ao Maranhão,

[1] Vide Marx, K. - "Teoria Moderna da Colonização", in op.cit.pp. 883-894.

Acervo ISA

seja porque estão ligados a um *patrão* por determinado período, seja porque não conseguem financiamento bancário, como explicam os mesmos entrevistados:

> *"Eu cheguei em 80, fiz dois anos dia 1º de Agosto. (...) Eu levei uns sete mes assim até que comprei terra, consegui comprar uma terra (...) eu comprei a Cr$ 1.100 o ha, mas meu dinheiro tava há sete mes no banco ali desvalorizando, né, setecentos mil cruzeiros que tava ali solto, sem juros, sem nada (...) e por motivo de terem desviado tanto dinheiro do Banco, né, estou sendo castigado, não saiu financiamento prá mim" (G.N.)*
>
> *"Nós tinha 12 ha de terra. Com aquele dinheiro, compremos 350 aqui (...) a terra que nós temos aqui fica longe, não temos condução prá ir trabalhar, tem sempre que depender dos outros, pegar carona prá lá e prá cá... Se o banco financiasse..." (G.N.)*

Embora não consigam se fixar nas áreas adquiridas para plantio, em alguns casos, podem alugar terrenos na própria periferia da cidade para cultivar alguns produtos, como o milho, a macaxeira, a abóbora. Conforme explica a mesma trabalhadora:

> *"... Pois é, eu gostaria, eu ia trabalhar, porque eu sempre gostei de trabalhar na roça, agora ali, (no Potosi, bairro da periferia da cidade) eu trabalhei, aluguei dois terreno ali encostado, eu plantei mandioca, macacheira, né? e outras plantas, milho também, sempre colhia prá casa" (G.N.)*

Há ainda casos de homens solteiros que se transferem sozinhos, e não como parte da estratégia de deslocamento posterior de todo o grupo familiar. É o caso de inúmeros técnicos agrícolas, de origem camponesa ou não, que passam a residir em "repúblicas" na cidade, onde prestam assistência aos denominados *projetos*, particularmente, ou através de empresas de planejamento e assistência técnica. Muitos deles compram pequenas áreas de terra (200, 300 ha) com recursos trazidos do Sul, mas não conseguem financimento bancário para se estabelecerem autonomamente, permanecendo, portanto, na situação de assalariados.

Quanto à outras situações de transferência dos locais de origem e assentamento no Maranhão, envolvendo as demais categorias dos chama-

Acervo ISA

dos *gaúchos*, obedecem esquemas semelhantes aos já descritos. Em geral, os chefes de família vêm antes, a fim de conhecer a área e de adquirir a terra, e somente depois disso viajam ao Sul para transferir todo o grupo familiar. Em alguns casos, há ainda uma viagem prévia de toda ou de parte da família, à título de visitar parentes ou de passear, sendo que para realizar o negócio de compra da terra, o chefe da família se desloca na frente.

Em muitos casos, vendem apenas uma parte da propriedade no Sul, e só após terem estabelecido a lavoura no Maranhão retornam ao local de origem para vender o restante e buscar a família.

Um dos entrevistados, proprietário de 20 ha no Sul, assim discorre sobre sua trajetória ao Maranhão:

> *"Eu tinha lá uma propriedadezinha, e prá manter a família não tinha problema não, né, a gente podia dar alimentação , mas a gente tem aquilo em mente de deixar alguma coisa para os filhos no futuro, então (...) Eram 20 ha. Como lá a gente não tinha meio de comprar mais, porque um ha de terra lá valia por cem aqui, resolvi, vendi lá e vim sofrer aqui .... (...) E aí, um dia, quer dizer que tá vindo um ônibus quase todo mês, né, mas nós viemos no primeiro ônibus que fêz excursão prá cá, eu e a esposa, só olhar, passear, né? (a esposa tinha três irmãos trabalhando em Balsas) (...) Aí nós voltamos pro Rio Grande de novo, aí me apareceu a chance de vender lá uma areazinha, aí eu vim sozinho prá aqui, fiz o negócio, comprei terra ... (...) A princípio vendi só um pedaço prá garantir o passo, né, aí vim aqui, comprei terra, depois voltei lá, aí vendi a outra parte, tratei de me mudar prá cá..." (G.N.)*

Inicialmente, a família reside em acampamentos de lona, construindo, posteriormente, casas de madeira improvisadas, antes de estabelecer residência definitiva.

Evidentemente, este esquema geral pode variar, porque os *gaúchos* não constituem uma camada homogênea de produtores agrícolas, desfrutando das mesmas condições materiais. Apesar disso, passaremos em revista algumas características gerais das moradias destas famílias de acordo com observações feitas durante o trabalho de campo.

Acervo ISA

Algumas residências visitadas destacam-se pelo colorido das casas de madeira, pelas muitas flores e pelas inconfundíveis chaminés dos fogões à lenha, trazidos do Sul do país.

Há diferenças em termos do tamanho e do tipo de mobiliário destas casas, que variam de acordo com a situação econômica de cada família. Em algumas, encontram-se geladeiras, freezers, aparelhos de rádio amador; em outras, a não ser pelo fogão à lenha, pouca diferença há, internamente, em relação às residências dos chamados *sertanejos*.De um modo geral, porém, para quem as vê da estrada, destacam-se todas na paisagem pontilhada pelas tradicionais casas de taipa e palha dos trabalhadores da região.

Próximos às casas, encontram-se os galpões, onde são guardadas as máquinas e por vezes, instalados os secadores de arroz. Ainda próximos às residências, as chamadas *miudezas* ou *plantas* das mulheres: milho, amendoim, macaxeira, feijão, melão, melancia, pepino. No jardim, juntamente com plantas ornamentais, as hortas, onde encontram-se diversas qualidades de verduras.

O curral das chamadas *vacas de leite*, para os que as possuem, também é instalado próximo às casas, de fácil acesso às mulheres e crianças, já que a tarefa de tirar leite, na maioria das famílias, pertence à esfera do trabalho feminino.

Algumas famílias possuem casas na cidade, onde mantêm os filhos que estudam. Outras, simplesmente os colocam em casas de outros *gaúchos*, de melhores recursos, que residem na cidade. Nestes casos, apenas o casal, ou este e os filhos mais velhos, residem nas *fazendas*.

Em outras situações, o casal e todos os filhos, mesmo os casados e suas esposas, residem na mesma casa da *fazenda*. Em outras, alguns dos filhos casados, em geral os mais velhos, passam, com o tempo a construir casas em Balsas.

Em alguns casos, ainda, moram na *fazenda* todos os grupos familiares de uma família extensa.

A IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS E A REDE BANCÁRIA

A experiência de colonização das terras do Sul maranhense por produtores agrícolas do Sul do país, não pode ser atribuído um caráter puramente espontâneo, ainda que a propagação da notícia das terras baratas da região tenha se dado através das primeiras famílias a se instalarem aí.

A presença da rede bancária oficial e o incentivo creditício podem ser notados desde os primeiros momentos desta experiência, a partir da chegada dos chamados *pioneiros*. Um deles assim descreve os primeiros contatos com um dos bancos da referida rede.

> *"Antes de vir prá cá passei em Brasília, e o governo só falava em abrir o cerrado, em produzir, aquela coisa toda... então, eu passei no Branco do Brasil e fui me informar como é que eram as coisas... porque prá gente ir prá cá, com pouco capital, e sem apoio do Banco... morre de fome, o investimento é grande, não tem estrada, não tem infraestrutura, não tinha nada... " (G.N.).*

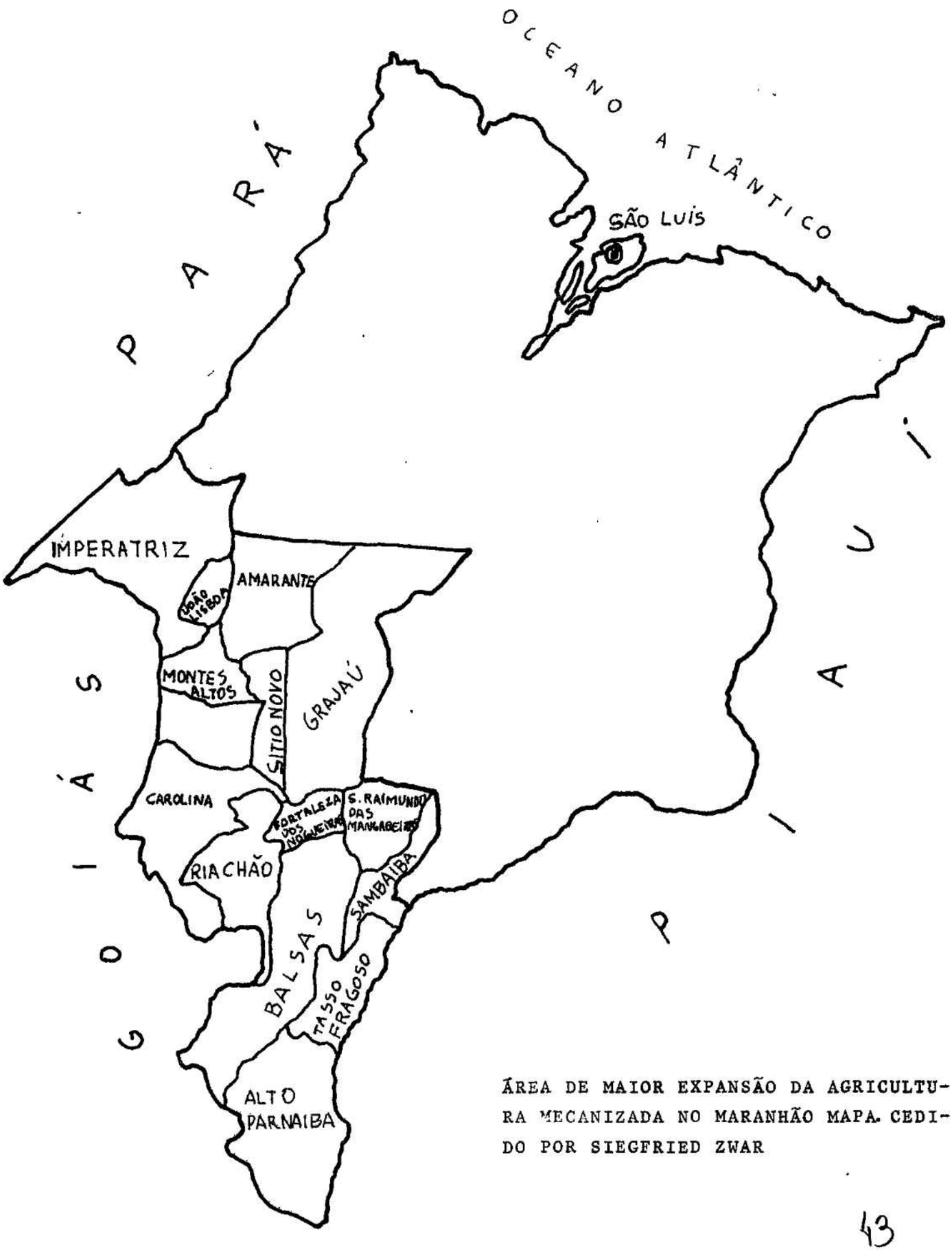
No momento da instalação das famílias nas adjacências de Balsas , os produtores agrícolas buscam crédito em Urussuí, Piaui, já que, segundo alguns, a rede bancária oficial da cidade mais próxima - Carolina - não teria se mostrado receptiva aos chamados *gaúchos*.

A partir de 1977 - época em que a rede bancária oficial repassava recursos do PROTERRA, a juros de 7 e 12% ao ano - passam a conseguir crédito agrícola na própria sede de Balsas. Neste período, segundo os informantes, os gerentes estavam autorizados a deferir pedidos de financiamento que se enquadrassem até certo teto, o que lhes conferia autonomia em termos de decisão. Já a partir de 1979, há necessidade, em todos os casos de pedido de financiamento, de consulta às superintendências na capital ou em Brasília. E, finalmente, a partir de 1980 , tem início uma fase de restrição geral ao crédito agrícola.

Trataremos, inicialmente, do período chamado por alguns de "fase do crédito indiscriminado"[1] e pelos próprios produtores de a "época da

[1] Cf. Relatório de Técnicos do Banco do Brasil. São Luís, 09 de fevereiro de 1982.

Serra Pelada", que se extende de 1977 a 1980. Posteriormente, abordaremos alguns aspectos da etapa que se segue, ou seja, a da restrição do crédito agrícola, que transcorre de 1980 aos dias atuais, assim como de suas consequências para a implantação dos projetos agropecuários na região.



ÁREA DE MAIOR EXPANSÃO DA AGRICULTURA MECANIZADA NO MARANHÃO MAPA. CEDIDO POR SIEGFRIED ZWAR

Acervo ISA

A fase de repasse dos recursos do PROTERRA

Segundo as representações daqueles que avaliam o passado recente da cidade, Balsas teria vivido, nesta fase do crédito agrícola, um verdadeiro clima de garimpo, em que teriam transbordado os recursos financeiros. Alguns casos relatados, relativos ao período denominado "tempo da Serra Pelada", e que envolveram aqueles que tiveram aprova - dos seus pedidos de financiamento, assumem caráter de anedota. Entre eles, o daqueles que acendiam cigarros com notas de mil cruzeiros, ou dos que iam às vias de fato pelo privilégio de pagar as contas no final das noitadas...

Contam ainda os informantes, que passaram a circular na cidade inúmeros carros do ano e que, se em 1972 existiam aí "apenas 16 veículos motorizados", no período que se segue, "foram emplacados 3.000 carros em Balsas".

Tais representações idealizando o passado, estão, evidentemente , referidas a um presente de restrição do crédito, como veremos. De qualquer modo, as transformações observadas na região, no que se refere à incorporação das terras ao mercado nacional e à mecanização da agricultura, estão diretamente relacionadas a esta primeira fase da con - cessão do crédito agrícola.

A aquisição das *chapadas*, como já vimos, esteve ligada às possibilidades abertas pelo crédito bancário, com o concurso do qual os produtores agrícolas, à pretexto de implantar projetos para o cultivo do arroz, terminaram por destinar parte do financiamento para a compra da terra.

Às facilidades da concessão do crédito agrícola neste período relaciona-se, ainda, uma verdadeira "corrida às máquinas", com todas as transformações decorrentes para a região, como veremos a seguir.

Entre 1977 e os dias de hoje, vêm atuando em Balsas três lojas de revenda de equipamentos agrícolas. Segundo informações do gerente de uma delas, duas destas lojas teriam vendido, até o momento, cerca de 85 colheitadeiras. Quanto a tratores, apenas uma destas lojas teria

Acervo ISA

vendido 50 SLS, 15 Massey Fergusson, 200 CBT.

Ainda segundo este informante, o total geral de tratores de pneu de "toda a região" ultrapassaria os 500.

O auge da compra destes equipamentos teria ocorrido, justamente , na citada primeira fase de crédito agrícola já que, após a restrição , a.rede bancária oficial passa a conceder apenas custeios para o plantio.

A situação de algumas das famílias visitadas, no que se refere ao equipamento agrícola, pode ilustrar o que vem sendo dito até aqui a respeito da primeira fase de concessão do crédito agrícola.

Uma destas famílias, que denominaremos de família A, chegou ao Maranhão em 1977. No local de origem possuía negócio de pedras semi preciosas, o que lhe possibilitou a transferência para o Maranhão e a aquisição da terra neste estado, sem que se desfizesse das áreas no Sul do país (165 ha) onde desenvolve a pecuária. Atualmente, possui no Maranhão cerca de 8.000 ha, 1.600 dos quais já mecanizados, onde trabalham combinando o assalariamento de terceiros à escalonação da mão de obra familiar.

A família A possui cinco tratores de pneu, com todos os implementos - grades aradoras, grades niveladoras, semeadeiras, pulverizador , carreta - (três dos quais financiados); três colheitadeiras (financiadas); dois caminhões (um dos quais financiado); um galpão; um secador (financiado).

Outra família, que chamaremos de família B, possuía no Sul, entre as terras do velho pai e dos grupos familiares de seus 4 filhos, cerca de 80 ha. Tendo vendido as terras no local de origem, possuem no Maranhão cerca de 3.500 ha, dos quais cerca de 1.000 ha já mecanizados, onde trabalham combinando a auto exploração do trabalho familiar e o assalariamento de terceiros.

A família B chegou ao Maranhão em 1975, e autalmente possui cinco tratores de pneu com todos os implementos (financiados), três colheitadeiras (financiadas); dois galpões; uma pequena olaria.

SAUZ - Acervo ISA

A estrutura destas *fazendas*, em termos de maquinários, deixa perceber o peso dos financiamentos bancários, nesta fase, para a compra de equipamentos agrícolas.

Os projeteiros

Uma das características deste primeiro período de concessão de crédito agrícola é, ainda, o surgimento daqueles que ficaram conhecidos como *projeteiros*. Este seria um termo pejorativo para designar aqueles que, tendo pedido financiamento para a implantação de projetos para cultivo do arroz, teriam desviado os recursos para outros fins.

Um dos entrevistados, proprietário de 530 ha de terra no Maranhão, mas que permanece trabalhando como assalariado, chama a atenção para o desvio de recursos levado a cabo pelos chamados *projeteiros*. Note-se que, se alguns desviaram os recursos para investí-los fora da agricultura, principalmente em aquisição de bens imóveis, outros, segundo o depoimento, simplesmente os dilapidaram.

> *"É ... eles tiraram o dinheiro ... teve gente que tiraram desmatamento para 200 ha de terra, ou 150, e desmataram 50 ha, e o resto do dinheiro do desmatamento compraram carro, fizeram casa boa dentro da cidade, né, inté em São Luís tem gente aqui que fizeram casa lá nas praias e foram desviando o dinheiro. Muitos botaram assim fora né, em bebedeira, né, comendo carne todos os fins de semana, festa, botaram o dinheiro fora, não aplicaram. Aí, quando chegou na hora de pagar né, a primeira prestação do banco, já não deu..." (G.N.)*

Os próprios funcionários da rede bancária oficial são responsabilizados pelos produtores pelo desvio dos recursos que deveriam ser aplicados na agricultura. Deste modo, o mesmo entrevistado chama a atenção para a questão da falta de fiscalização de parte da rede bancária e, mais que isso, para a participação de seus funcionários, na época, em falsificações de números relativos às áreas cultivadas.

> *"(...) E os próprios fiscais do banco, eles se deixaram comprar por projeteiros. Então, os fiscais iam lá e marcavam na ficha que tinha sido desmatada a área... nem mediam ... só*

Acervo ISA

olhavam por cima assim e calculavam. Se era 70 ha, marcavam 200 ..." (G.N.)

Outro produtor agrícola, funcionário público no local de origem , já citado neste trabalho, volta a acusar altos funcionários da rede bancária oficial de participação em aprovação de *projetos* fictícios . Pelo que se pode depreender de seu depoimento, parece ter havido um acordo entre grupos que loteavam e vendiam terras, altos funcionários da rede bancária oficial que aprovavam *projetos* fictícios e os chamados *projeteiros*.

Interessante notar que, segundo ele, os produtores agrícolas do Sul, apesar de também terem sido envolvidos nestas negociatas, teriam sido melhor sucedidos, em função de sua experiência anterior em agri - cultura. Dentre os chamados *projeteiros*, portanto, os mais afetados pelas negociações entre os grupos citados, teriam sido, como eles os chama, os *rapazes do local*.

> *"Nunca houve fase boa no Banco. O que sempre houve foi o favorecimento de grupos locais que loteavam suas propriedades e usavam pessoas ingênuas (...) Houve casos ridículos de, na hora de medição do terreno, a pessoa não saber nem onde ficava a lavoura ... Muitas dessas pessoas, rapazes ingênuos, do local, foram usados e perderam o crédito no Banco... Do dinheiro do desmatamento saía o preço da terra e a propina do gerente. Sobrava muito pouco prá investir realmente no plantio..." (G.N.)*

Além destas, outras acusações são feitas pelos produtores à rede bancária oficial, como financiamentos tardios e falta de assistência ' técnica. A este respeito, se manifesta um produtor agrícola, ex-assa - lariado rural em Balsas, que conseguiu estabelecer-se por conta pró- pria em 500 ha de terra:

> *"(...) Houve muito erro da parte dos mutuários. Muita inexperiência, recurso mal aplicado, mas houve muita falha da parte do Banco. Financiamento tardio... se o Banco concede prá você um financiamento prá desmatar na hora de plantar, é claro, você pega porque vive daquilo, está desesperado (...) não há nenhuma má fé num cliente desse que pega financiamento assim prá desmatamento, mas que já não dá mais..." (G.N.)*

> *"Houve muito erro da parte de assistência técnica. A assistência que nos assistia, no começo a gente pagava 1% sobre o valor do custeio e isto ia logo descontado na conta da gente, imediatamente. Então, eu acho que essa verba daria, por exemplo, se você vai desmatar 100 ha, daria prá eles pagar um serviço de topografia prá locar a área, né? Aí, se o cara não desmatar, é outros quinhentos, aí a culpa já é do mutuário, mas como houve no meu caso (...) Eu fiz o desmatamento, foi medido com corda e tal, foi calculado, e dava ... mas quando chegou a medição do banco, com aparelho, não deu . Faltou mais de 20% ..." (G.N.)*

Do ponto de vista de atuais altos funcionários da rede bancária local, por outro lado, prevaleceu, de parte dos mutuários, a "má fé e a falta de capacidade empresarial". Um deles, assim sintetiza a questão:

> *"Não há propriamente projetos em Balsas. O que há são pseudo projetos. O projeto implicaria em um plano em determinado espaço de tempo, onde o mutuário cumprisse certas obrigações , certas etapas. Isto nunca ocorreu em Balsas (...) Há muito recurso investido e pouco retorno. O Banco parou prá pensar"*

A restrição do crédito agrícola

A partir de 1981, a rede bancária oficial passa a restringir consideravelmente os recursos destinados ao crédito agrícola e a tomar uma série de medidas no sentido de fiscalizar a utilização das somas concedidas a *projetos* em andamento. Tais medidas, envolvendo a restrição do crédito a *projetos* futuros, assim como a fiscalização daqueles em andamento, terminam por agravar a situação de endividamento, que já vinha atingindo a grande maioria dos produtores agrícolas referidos neste trabalho, como veremos.

Neste período, grande número de novos *projetos* é indeferido, como explica o entrevistado - ex assalariado rural em Balsas, que conseguiu estabelecer-se em 500 ha de terra:

> *"Aí eu fiz. Foi exatamente aquela época que não tava aquela facilidade do Proterra, quando eu fiz foi indeferido, né? Foi*

exatamente a época que eu fiz, aí foi prá Superintendência, aí veio uns trezentos e tantos projetos, tudo indeferido..."(G. N.)

A partir dessa nova fase, não mais são concedidos financiamentos, que envolvam recursos para desmatamentos e aquisição de maquinários , permanecendo, na maioria dos casos, apenas a concessão de custeios para o plantio. Ainda assim, não são deferidos pedidos de ampliação das áreas que já vinham sendo cultivadas, como explica o referido entrevistado:

"(...) Tenho 226 ha derrubados mas só cultivo 108 porque não houve condição de aumento de área. O banco não deu ampliação. Deu mal este que foi cultivado o ano passado". (G.N.)

Em outras situações, são concedidos recursos apenas para desmatamento de pequenas áreas e, neste caso, o produtor deverá arcar com os custos do plantio, como explica o assalariado rural, proprietário de 530 ha de terra, mas que não conseguiu estabelecer-se por conta própria, anteriormente mencionado:

"(...) Que o gerente do banco, eles acham que é pouca terra 530 ha prá desmatamento de 150 ha. Eles dizem que não é garantia que chegue, então, eles querem me dar desmatamento prá 50 ha, mas só o desmatamento, e depois como é que eu vou plantar? Como é que eu vou preparar a terra e plantar?"(G.N.)

Em ambos os casos, os mais atingidos por estas medidas vêm sendo, exatamente, os proprietários de menores áreas de terra (de 300 a 500 ha), que não têm como oferecer garantias, que respaldem os financiamentos. Tais produtores compõem a categoria daqueles que se acham mais endividados, ou dos que não conseguiram escapar à condição de assalariados, como é o caso do entrevistado citado acima que, embora possuindo terra, não conseguiu se estabelecer como produtor independente.

Quanto aos *projetos* já em andamento, a rede bancária oficial passa a proceder à medição das áreas cultivadas, e nos casos em que não observa correspondência entre as mesmas e os recursos solicitados, exige a devolução referente à redução. A este respeito, relata o primeiro entrevistado citado neste tópico do trabalho.

Acervo ISA

"P - E o que acontecia quando eles mediam e não dava?
R - Aí ia pro Banco lá e eles tinham que repor o dinheiro . (...) E só ganharia novo custeio quem repusesse ou estivesse em dia, né?"

O Proagro, seguro agrícola referente à perda de safras, também passa a ser indeferido nos casos de redução de áreas cultivadas, como explica o mesmo entrevistado:

"Foi, foi recente, foi o ano retrasado (1980). Quando o cara fosse financiado, devia logo ser locada a área através do banco, não é? e foi muita gente prejudicada por causa disto. Inclusive eu, este ano foi um ano que houve uma perda total, 90% dos Proagros foram indeferidos por causa disto" (G.N.)

Outra medida adotada pela rede bancária oficial em relação às dividas anteriores é o desconto relativo às mesmas do montante destinado aos custeios atuais. A consequência deste procedimento é, novamente, o desvio de recursos que deveriam ser aplicados no plantio, desta feita, para saldar dívidas de anos anteriores. O mesmo entrevistado continua a expor o problema ilustrando, através de seu próprio caso, a situação de endividamento crescente destes produtores:

"Aí, por intermédio de um gerente que tava aí, um cara até legal, ele dava o financiamento prá gente e tirava uma parte prá cobrir a parte que a gente tava devendo... era bom, mas ao mesmo tempo atrapalhava: a gente já não ia poder fazer uma lavoura boa... e não dá prá gente ampliar por conta própria (...) No meu caso, esse ano saiu o custeio meu, foi descontado quase um milhão e meio, então eu não tenho condição de fazer uma cultura bonita..."
P - Esse desconto foi por causa da diminuição da área?
R -"Não ... era porque este ano eu tinha uns compromissos no banco, tinha o custeio, e tinha mais umas prestação, né, que no ano passado, eu não pude pagar devido à frustração de safra, inclusive nós entramos até em estado de emergência, então foi prorrogado essa dívida prá esse ano. Agora, este ano, eu paguei o custeio passado, mais um pouco umas prestações, e tiveram que prorrogar esse custeio atual, para o próximo ano, prá eu poder fazer esse, então fiquei devendo ainda em torno de três milhões de cruzeiros, ainda né? Aí, ele prorrogou um e meio e ficou o resto prá descontar no custeio. Já é um VBC (Valor Básico de Custeio) baixíssimo de 40 mil e 500 por ha

Acervo ISA

e ainda descontam..."

No que toca aos contratos vencidos, a rede bancária passa a realizar a cobrança judicial e a ameaçar com a execução em massa dos mesmos. Maquinários são recolhidos e *projetos* são oferecidos a produtores, que desejem assumir tais dívidas, como relata o mesmo segundo entrevistado citado:

> *"Olha, eu não sei. Eu sempre tenho esperança que um dia ou outro vai melhorar, né, depois de eles terem pagado o dinheiro que foi desviado, e assim mesmo o banco tá botando ' certos projetos em leilão, maquinários, terra, né, aí creio que depois vai melhorar então".*

E o primeiro entrevistado completa:

> *"(...) Tem que dar vinte por cento do débito imediatamente ' prá você assumir. E tem juros e correção monetária... Lá no pátio do banco tem umas oito ou dez máquinas encostadas que o banco já recolheu. E vai recolher muito mais, porque do jeito que vai..."*

A aquisição de maquinaria torna-se praticamente impossível aos produtores agrícolas, dados os aumentos significativos nos preços e nos juros para seu financiamento. Um dos entrevistados nos forneceu a seguinte tabela, comparando os preços de tratores e colheitadeiros ' relativos aos anos de 1979 e 1982, traduzindo-os, ainda, para o valor *sacos de arroz*.

ANO	Preço 01 trator pneu equipado em Cr$	Preço em sacos de arroz	Preço 01 colheitadeira em Cr$	Preço 01 colheita - deira em sacos de arroz
1979	Cr$ 300.000,00	1.100 sacos	Cr$ 1.500.000,00	4.285 sacos
1982	Cr$ 7.500.000,00	3.750 sacos	Cr$15.000.000,00	7.500 sacos

Ainda segundo o mesmo produtor, em 1979 se gastariam ..... Cr$ 3.285.000,00 para desmatar 200 ha, valor que sobe, em 1982 para Cr$ 8.000.000,00. E para se equipar, adquirindo uma colheitadeira, um trator de pneu, uma niveladora, uma semeadora, um carroção, um galpão , uma grade aradora, um produtor precisaria, no final de 1982, de ..... Cr$ 26.100.000,00, a juros de 60%

Acervo ISA

A restrição ao crédito agrícola afetou, portanto, de modo significativo, o mercado de máquinas e implementos agrícolas, que passa a sofrer uma retração não recuperável a curto prazo. Referências a esta questão são feitas pelos próprios técnicos da rede bancária oficial:

> *"O município de Balsas e regiões circunvizinhas vem sofrendo um processo de transformação drástico. De uma agricultura incipiente saltou-se para uma agricultura empresarial, envolvendo alta tecnologia e grandes áreas de plantio. Isto se explica, em grande parte, pelo fluxo de migrantes vindos do sul e da grande disponibilidade de crédito até época recente. Esta transformação acelerada trouxe em seu bojo inconvenientes que só afloraram mais tarde, tais como: excessivo endividamento dos produtores, uma vez que se optou por uma agricultura de capital intensivo; o desenvolvimento da infra-estrutura, de forma geral (transportes, mercado de insumos, comercialização, manutenção de máquinas, etc.) não tem acompanhado adequadamente a evolução do processo como um todo; o crédito rural subsidiado passa a ser indispensável ' para a continuidade da transformação, etc...*
>
> *Com a restrição global de crédito e retirada substancial dos subsídios para máquinas agrícolas e fertilizantes químicos , o problema aumentou. Para citar um exemplo, a Lavronorte(firma que comercializa maquinário agrícola em Balsas) está com um estoque elevadíssimo de máquinario agrícola, enquanto que entre os produtores há uma apreciável demanda reprimida de máquinas e equipamentos, já que não contam com recursos próprios suficientes para essa aquisição"*[2]

A retração do mercado de máquinas e implementos agrícolas, por sua vez, propiciou o desenvolvimento de um mercado de segunda mão destes equipamentos. Ainda assim, são muito mencionadas as dificuldades de compra e venda, os custos de manutenção e reparos assim como a rápida depreciação dos equipamentos. Isto faz com que se observem, no pátio das agências bancárias, inúmeras máquinas paradas, sem possibilidade de serem adquiridas imediatamente, mesmo em leilão, devido a seu mau estado de conservação.

O aluguel de máquinas é bastante citado como uma das formas en-

---

[2] Cf. Relatório ibid.

Acervo ISA

contradas pelos produtores para enfrentar os efeitos da restrição ao crédito. No caso da colheitadeira, sua aquisição, segundo os informantes e funcionários de revendedoras, só se justifica para áreas superiores a 300 ha. Deste modo, aqueles que cultivam áreas menores, ou que não conseguiram adquiri-la embora cultivando áreas maiores, são obrigados a alugá-la de outros. Isto é possível pela organização dos calendários agrícolas de diferentes grupos familiares. A seguir, veja-se os depoimentos do ex-assalariado rural, já citado, proprietário de 500 ha , mas que cultiva apenas 108 ha:

> *"Sobra tempo... às vezes o cara planta mais tarde, vai colher mais tarde, então antes de ele começar a colher o dele, fica com a máquina à disposição..."*
> *P - Você tem colheitadeira também?*
> *R - "Não, eu alugo, porque a área que eu planto não dá margem de pagamento prá pagar ela, e é caro demais, é um absurdo..."*

O preço do aluguel das colheitadeiras chega a atingir 20% da produção obtida, segundo depoimentos do produtor citado acima e de outro proprietário de 500 ha de terra que só conseguiu adquirir uma colheitadeira (usada) no final de 1982.

> *"No ano passado eu paguei (pelo aluguel da máquina) em torno de cinco mil cruzeiros a hora. Uma lavoura do tamanho da minha (108 ha) é preciso umas 50 a 60 horas."*
> *P - E antes o senhor alugava a máquina prá fazer a colheita?*
> *R - "Sim, prá fazer a colheita... Eu entreguei, prá colher e secar, no ano passado (1981), entreguei vinte por cento da produção".*

Relatórios de técnicos da rede bancária oficial, já citados, também se referem a esta questão:

> *"É de se destacar que os comprovantes de comercialização ou depósitos do produto na Cibrazem, por si só, não são documentos seguros para se estimar a produtividade individual de cada produtor, pois numa estimativa geral, 70% dos produtores da região utilizaram colheitadeira alugada, pagando o serviço de colheita com 10% da safra colhida, uma vez que o VBC só contempla verba de colheita para maquinário próprio (em torno de Cr$ 1.000,00 h/c para a safra passada), quando o*

Acervo ISA

preço cobrado em Balsas chegou a Cr$ 7.000,00 h/c".[3]

Quanto aos tratores, passam a alugá-los de outros aqueles que não conseguiram financiamento para sua aquisição. Por outro lado, colocam seus tratores à disposição aqueles que se encontram endividados, ou que não conseguiram renovar seus custeios. A este respeito se expressam os prpdutores já citados: um deles, o assalariado rural, proprietário de 530 ha, e o outro, o ex-assalariado rural, proprietário de 500 ha:

> *"(...) Tem uns que pegaram um desmatamentozinho de 50 ha e alugaram um trator particular, um trator usado, os implementos, e estão se mexendo eles meio por conta,né?"*
> *"Aí, essa época, eu adquiri a máquina (um trator), né, quando eu encaminhei o projeto eu já tinha recebido a máquina da Lavronorte (...) foi aí quando veio indeferido ... aí foi um problema (...) mas eu sempre trabalhando, né, trabalhava prá fora um pouco, aí trabalhava prá mim (...) quando! conseguia o dinheiro do óleo e prás despesas, aí trabalhava prá mim (...) e tem muitos casos aí de máquinas que estão pendentes, é gente que não conseguiu mais custeio, então esse fica com a máquina à disposição (...) Eu faço porque faço na marra mesmo. Minha máquina (trator) trabalha sempre prá fora, como agora, já terminei de plantar meu arroz este ano, terminei quinta feira passada, então alugo a máquina, e dá prá escapar..." (G.N.)*

[3] Cf. Relatório ibid.

Acervo ISA

A AGRICULTURA MECANIZADA: QUESTÕES E ALTERNATIVAS

A implantação da agricultura mecanizada na região, a partir do emprego intensivo de capital e apoiada, basicamente, no crédito bancário, termina por conduzir a um endividamento crescente dos produtores agrícolas, como vimos.

A restrição do crédito, a partir de 1980, vem agravar esta situação, desativando vários dos chamados *projetos* e impossibilitando a implantação de outros. Isto faz com que diminua o processo de transferência de novas famílias do Sul do país, assim como obriga algumas delas a retornarem a seus locais de origem.

Além dos problemas impostos pela restrição do crédito, os produtores alegam dificuldades ligadas ao escoamento da produção, à manutenção das máquinas, à falta de chuvas e ao resultado adverso das colheitas. Em função disto, são pensadas e encetadas alternativas no universo de percepção destes produtores.

Em primeiro lugar, há várias referências a uma tendência à pecuarização. Os produtores agrícolas referem-se aos riscos do plantio do arroz, tais como a falta de chuvas, a distância das propriedades dos centros onde se situam as casas de peças, reparos e de revendedoras de máquinas e implentos agrícolas. Em consequência destas razões declaram sua pretensão em abandonar, progressivamente, a cultura do arroz e em optar pela pecuária.

Aqueles de menores recursos, que dependem exclusivamente do apoio do Estado, ainda não se encontram em condições de formar pastagens. Outros, melhor estruturados enquanto médios e grandes produtores, já trataram de iniciar o preparo de seus campos de criação.

A seguir, dois depoimentos ilustrativos de cada uma das duas situações apontadas. Inicialmente, o de um proprietário de 500 ha, que chegou a Balsas em 1980, e já possui cerca de 300 ha mecanizados e em seguida, aquele da esposa de um ex-funcionário público, proprietário de 3000 ha,sendo que 1000 ha já mecanizados.

> *"Eu pretendo botar um gadinho, mas a gente financia lá prá plantar o arroz e tem que aplicar o recurso onde é financiado, nê, então a gente não encontra meio de fazer cerca, pastagem, de comprar um gadinho, mas a hora que der um jeitinho a gente faz". (G.N.)*
> *(...) "É plantação de arroz e ele pretende transformar aos poucos em pastagens. (...) Plantar o arroz e logo em seguida semear a braquiária (G.N.) ( )*

A cultura do arroz é considerada de maior risco, já que depende ' totalmente das precipitações pluviométricas, enquanto a atividade pecuária, por sua vez, apresentaria maiores perspectivas econômicas futuras. São alegadas ainda, no caso do arroz, dificuldades em relação à manutenção dos maquinários. Nas palavras da mesma entrevistada:

> *"Logo em seguida ele quer transformar em pastagem porque vê mais futuro, nê ? Assim, a longo prazo, então está encaminhando prá isto (...) Ele vai partir para a pecuária, porque o arroz é mais arriscado. A dificuldade, os maquinários, sempre quebrando uma peça ou outra, e a distância das cidades ' que têm recursos prá repor ..." (G.N.) ( )*

Interessante notar que a cultura do arroz já havia sido declarada "anti-econômica" nos Gerais de Balsas pelos chamados *pioneiros* e que ali havia sido estabelecida a pecuária. A partir da ocupação de áreas mais próximas à sede de Balsas, a cultura do arroz parece ter sido adotada por sua capacidade de mais rapidamante propiciar o retorno dos recursos investidos. Percebe-se, no entanto, que alguns produtores, como o acima referido, procuraram semear o campim imediatamente, junto com o arroz para, deste modo, ir preparando pastagens.

Outra alternativa pensada pelos produtores agrícolas é a passagem do plantio do arroz para o da soja, já que esta cultura é considerada mais resistente às estiagens e, sendo um produto de exportação, de colocação mais vantajosa no mercado.

A este respeito é bom lembrar que a Embrapa vem realizando pesquisas na região desde 1980, onde mantêm convênio com uma das Unidades de Tratamento de Sementes, de propriedade de um dos denominados *pioneiros*.

Segundo informações de funcionários desta Unidade de Tratamento '

de Sementes, algumas experiências anteriores já teriam sido feitas pelos próprios produtores com variedades de diversos tipos, mas que não possibilitaram a colheita através de maquinários, sendo que somente a variedade chamada "tropical" teria se prestado à colheita mecanizada .

Ainda segundo informações da mesma Unidade de Tratamento de Sementes, teriam sido vendidas 240 toneladas de soja para indústria de óleo em Teresina, 1982, além de 60 mil kg que teriam sido destinados à semente.

Um dos chamados *pioneiros*, assim se expressa sobre a possibilidade de passar ao cultivo da soja:

> *P - Então o senhor está pensando em desistir do arroz ?*
> *R - "Devagarinho. Prá mim, o futuro do nordeste é a soja, e não o arroz. O arroz vai muito bem e tal, mas é arriscado. Onde é que dá uma sequinha, uma estiagem de duas, três semanas, já prejudica o arroz, e a soja não. A soja aguenta tranquila duas, três, até quatro semanas, depende da fase que pega a seca, né, e o arroz, não... uma semana de sol quente e já começa a prejudicar a planta. E tem outra, o mercado de soja é mais garantido que o do arroz, produto de exportação, né ?*
> *(G.N.)*

Ao que tudo indica, no entanto, pouquíssimos produtores estão, efetivamente, investindo no cultivo da soja, e as referências a uma possível passagem a esta nova cultura parece localizar-se, por enquanto , no terreno da ideologia. Por outro lado, a tendência à pecuarização pode ser constatada muito mais enquanto fato observado, já que muitos ' produtores, efetivamente, estão se preparando para tal.

Acervo ISA

A IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS E AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

A implantação da agricultura em bases empresariais na região afetou profundamente o modo de vida e trabalho das várias categorias de pequenos produtores diretos aí instalados já várias gerações.

Como tivemos oportunidade de descrever em outro trabalho[1], a aquisição das *chapadas* e a instalação dos denominados *projetos* - chamados pelos trabalhadores da região de *firmas* ou *companhias* - vem subverter a relação destes trabalhadores com os meios de produção, principalmente no que se refere às áreas de apropriação comunal.

Socialmente reconhecida enquanto área de criatório, a região ocupada pelos chamados *gaúchos* passa a sofrer um processo de cercamento, que torna privada a propriedade de recursos antes usufruídos comunalmente. O acesso a caminhos, fontes, pastagens, que constituíam patrimônio coletivo, acima das disposições jurídicas que disciplinam a propriedade particular da terra, passa a ser vedado aos chamados *proprietários, moradores de terra da Nação, agregados e vaqueiros*.

As tensões geradas a partir da implantação dos chamados *projetos* atingem, deste modo, tanto pequenos produtores que detém o título de propriedade da terra (autodenominados *proprietários*), quanto os que trabalham livremente em áreas devolutas (os chamados *moradores de terras da Nação*), ou os que estão submetidos a outros grupos sociais (os chamados *agregados*).

O cercamento das pastagens comunais e o estabelecimento de grandes plantações de arroz sem cerca, em áreas tradicionalmente reconhecidas como de criatório, conduz a um duplo impasse as várias categorias de trabalhadores presentes na região: de um lado estabelece a proibição da criação da chamada *miúnça* (ovelhas, porcos, bodes); de outro, impede que o gado dos pequenos criadores perambule à procura das chamadas áreas de *refrigério* nos períodos de estiagem.

Isto leva um dos trabalhadores pertencentes à categoria dos autodenominados *proprietários*, camada que ainda não conhecera a subordina

[1] Andrade, 1981, op.cit.

Acervo ISA

ção a outros grupos sociais, a se expressar do seguinte modo:

> *"Sou rico porque tenho 10 filhos, mais tarde tenho quem me ajude. Tenho uma réstia de terra, mas vivo como agregado. Em volta tem firma e fazenda: não posso criar um porco, um bode"... (G.N.)* (')

Outra consequência da implantação dos denominados *projetos* é o despejo sem indenização dos chamados *agregados* - trabalhadores residentes nas grandes propriedades tradicionais e que pagam para cultivar a terra.

Com a aquisição daquelas propriedades pelos novos investidores, rompem-se as relações de trabalho características do "latifúndio tradicional", não havendo mais lugar para os laços de agregacia que imobilizavam os trabalhadores como mão de obra nos limites das chamadas *fazendas*.

Quando não são explusos imediatamente, através do despejo sem indenização, os chamados *agregados* se vêem obrigados a semear capim em suas roças de arroz, como nova forma de pagamento do aluguel da terra. Esta nova *condição*, tal como é denominada por estes trabalhadores a recente forma de pagamento pelo cultivo do solo, termina por se constituir em uma expulsão dentro de um ano, prazo em que o capim impedirá, ele mesmo, o plantio do arroz. E, desde que o prazo de permanência do trabalhador na terra passa a circunscrever-se no limite estreito de um ano, o cultivo da mandioca fica, de antemão, interditado. A este respeito, se manifesta um dos chamados *agregados:*

> *"Dizendo eles que não corre com nós, mas não dianta, se eles não auxilia em nada, eu não tenho pé de mandioca, como é que eu como ? Porque na roça tendo mandioca, eu posso comer um beiju... agora, eu planto essa roça de pasto, a mandioca sai ?" (G.N.)*

Formas mais brandas, visando ainda o despejo dos chamados *agregados*, passam a ser adotadas, como o desmatamento total das antigas fazendas. Outro dos denominados *agregados* se expressa a respeito:

> *"Porque derriba as árvores, mexe com os quintal, correu com os agregados, não é mesmo ? Aqui tá tudo limpo, não tem lugar nem prá fazer as precisão ... (G.N.)*

Acervo ISA

Trabalhadores que residem e cultivam nas chamadas *terras nacionais*, ou *terras da Nação*, há muitas e muitas gerações, também são atingidos pela implantação dos denominados *projetos*. Neste caso, a apropriação destas faixas de terra não se dá segundo as disposições legais que regem o mercado nacional de terras, mas de acordo com as regras próprias aos processos de *grilagem*. Tanto nos Gerais de Balsas, como na região da denominada Lapa, passam a ocorrer processos fraudulentos de aquisição e venda de terras, conforme já foi descrito neste trabalho .

Muito embora a *grilagem* não seja a tônica da experiência de ocupação da região pelos denominados *gaúchos*, que preferem amparar-se no código jurídico que rege transações de compra e venda de terras, a incorporação das *chapadas* ao mercado nacional desencadeia um processo de apropriação em bases fraudulentas destas áreas em toda a região.

As várias categorias de trabalhadores da região passam, portanto, a perder o acesso aos meios de produção, seja através da venda das chamadas *propriedades*, seja através de despejos, da *grilagem*, ou do cercamento de recursos naturais.

Os assalariados: uma nova camada de trabalhadores

Passa a constituir-se, a partir da implantação dos denominados *projetos*, uma camada de trabalhadores assalariados, temporários e permanentes, composta por aqueles que perderam seus domínios de posse e propriedade, seja em consequência de transações legais de venda de terras, ou de atos ilegais de despejos e de apropriação fraudulenta de terras. Os chamados *agregados*, *moradores de terras da Nação*, e *proprietários*, constituem, fundamentalmente, esta nova camada em formação.

Entre os produtores agrícolas oriundos do Sul do país, ainda, como vimos, um grupo significativo se estabelece na região, na condição de assalariados. Existem, entretanto, entre os assalariados oriundos do Sul do país e aqueles da região, distinções marcantes no que se refere à possibilidade de futuro acesso aos meios de produção, como tentaremos mostrar a seguir.

Acervo ISA

Grande parte da "mão de obra da terra" é constituída pelos chamados *diaristas* - trabalhadores braçais. Tarefas que não exigem maior qualificação são a eles reservadas, tais como juntar raízes, matar formigas, entre outras. A este respeito relata a mesma entrevistada, citada linhas atrás:

> *(...) "Tem outros que não dão prá isso, né, não saem do chão: é matar formiga, é catar toco, essas coisas assim, que tem gente que não desenvolve, né ?" (G.N.) ( )*

No caso dos *diaristas* não existem vínculos empregatícios entre patrão e empregado, nem qualquer garantia trabalhista a este último.Tais trabalhadores costumam ser recrutados nos bairros da periferia da cidade, como relata um dos produtores agrícolas:

> *"Olha, tem que sair neste setor, mais nesses bairros, né ? Geralmente estes trabalhador estão mais em grupo, assim, um sabe informar do outro (...) O braçal agora estou pagando Cr$ 400,00 o dia, mas livre das refeições, né ? Não dá um salário muito alto, mas a gente levando em conta a despesa da alimentação hoje é tudo tão caríssimo, dá um salário mais ou menos, né ?" (G.N.)*

Os chamados *braçais* são requesitados mormente em época de plantio e de colheita, sendo que, como vimos, no primeiro período executam tarefas de juntar raízes e matar formigas. Na colheita, seu trabalho está voltado, principalmente, ao ensacamento, costura, empilhamento e transporte do arroz. Em outras situações, seu trabalho é requerido para tarefas ligadas à conservação da limpeza das áreas já plantadas, como relata um proprietário de 500 ha, ex-assalariado rural em Balsas já citado neste trabalho:

> *P - E precisa limpar mesmo quando se planta com máquinas ?*
> *R - "Precisa, porque dá muita brotação, aquelas brotação que nunca termina, só se usar arado, né, mas fica muito dependioso... e mato também, tem uma parte que é baixo e dá um pouco da mato (...) Eu esse ano estou limpando esta parte mais baixa, estou limpando de enxada mesmo, porque o mato está meio perigoso... já tá concorrendo com o arroz. (...) Pode passar o veneno, mas sai muito caro por ha. (...) Hoje deve estar em torno de 12 a 15 mil cruzeiros o ha. O negócio é usar a enxada,que vai sair a dois ou três mil cruzeiros, até cinco,*

por ha." (G.N.)

Segundo informações das revendedoras de máquinas e implementos agrícolas, é recente a introdução de arados, o que faz com o que as tarefas aludidas no depoimento tenham que ser executadas manualmente.

A questão da "limpeza do mato" também aparece em vários depoimentos como um problema, já que a utilização de herbicidas implicaria em custos muito elevados.

Quanto aos trabalhadores permanentes, compoêm uma camada de "especialistas" - mecânicos, tratoristas, motoristas - atualmente constituída tanto por *gaúchos*, como por trabalhadores da região que aprenderam a manejar máquinas. A maioria destes trabalhadores também não têm acertada a situação trabalhista, muito embora alguns patrões já venham se preocupando em legalizar o vínculo com seus empregados, conforme o depoimento da mesma entrevistada:

> *"Olha, tem o que trabalha na máquina e ao mesmo tempo ele é mecânico e trabalha na lavoura também, desmata, globeia a terra, faz de tudo um pouco (...) todos os que trabalham conosco não tinham noção de lidar com máquinas e hoje são ótimos motoristas, tratoristas (...) Tem vários empregados que ele tem muita confiança, gente calma, gente muito boa (...) O X. está falando mesmo acha que vale a pena legalizar, pagar tudo direitinho, porque aqui não tem isso né, de pagar o salário, pagar o INPS, e então, melhor legalizar tudo porque vale à pena, prá manter..." (G.N.) ( )*

Quanto aos chamados postos-chave, tais como os de *gerentes, capatazes, administradores*, são reservados a trabalhadores oriundos do Sul do país, considerados mais qualificados e de mais "confiança" para preenchê-los, como se expressa um dos denominados *pioneiros*, um dos mais bem sucedidos produtores agrícolas do Sul do país, e que afirmava possuir, em 1980, 30 trabalhadores:

> *"(...) Os daqui não pode botar como capataz porque não têm capacidade, nem responsabilidade. O homem-chave tem que saber mandar, tem que saber trabalhar com máquinas, senão como é que vai ensinar os outros ? O pessoal daqui, até há quatro anos atrás, não conhecia trator"... (G.N.) ( )*

Muitos dos chamados e autodenominados *empregados* - trabalhadores

Acervo ISA

assalariados oriundos do Sul do país - chegam ao Maranhão em companhia do *patrão*, através de um contrato previamente estabelecido. Foram observados vários casos de trabalhadores que chegaram nesta condição e, que após o vencimento do contrato, vieram a ser proprietários de terras . Outros, vieram através de recursos próprios e adquiriram terras, muito embora ainda permaneçam na condição de assalariados.

Tais trabalhadores descrevem uma trajetória inversa à daqueles que perderam seus domínios de posse e propriedade e passaram a se assalariar nos chamados *projetos*.

A vinda de filhos mais velhos e mesmo de chefes de família na situação de assalariados, no caso dos trabalhadores do Sul do país, faz parte da estratégia de alocar, futuramente, todo o grupo familiar em áreas maiores. Tal estratégia, significa, portanto, a possibilidade de retomar o controle sobre o meio de produção, sendo a condição de assalariamento neste caso, meramente transitória.

No caso de *proprietários, moradores de terras nacionais, agregados* e *vaqueiros*, ao contrário, a trajetória percorrida não guarda nenhuma possibilidade de retorno: uma vez perdido o acesso à terra, tais trabalhadores passarão a povoar os bairros da periferia da cidade,onde venderão sua força de trabalho aos denominados *projetos*.

A própria instalação na periferia das cidades dá-se de modo diverso nos dois casos. Enquanto o *empregado* do Sul tem chance de acumular, através de recursos trazidos do local de origem, e de investir na compra de casas e terrenos, ao trabalhador da região não existe esta possibilidade.

Acervo ISA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização tecnológica verificado na agricultura maranhense, notadamente nas regiões Chapadas do Sul Maranhense e Baixo Balsas, a partir de 1975; poderia ser constatado com base em alguns indicadores, tais como: elevação do número de tratores e do emprego de outras máquinas e implementos agrícolas; maior utilização de adubos , fertilizantes e defensivos químicos; expansão da eletrificação rural ; melhoria do sistema de comunicações e transportes.

A análise da experiência de colonização destas regiões pelos chamados *gaúchos*, ligado a este processo de modernização, no entanto, coloca questões que não podem permanecer encobertas pela simples constatação destes indicadores.

Toda a transformação tecnológica, que serve de base a esta experiência de colonização teria sido pensada pelos planejadores como forma de superar o denominado "atraso" da agricultura, tal como tradicionalmente praticada pelas várias categorias de produtores agrícolas da região, que trabalham a terra fundamentalmente com seu grupo familiar , sem permanente utilização remunerada da força de trabalho de terceiros.

A introdução de inovações tecnológicas, apoiadas em emprego intensivo de capital teriam por objetivo, portanto, alcançar maior produtividade na agricultura, de modo a ultrapassar o desempenho verificado nas unidades de produção consideradas "atrasadas" e "improdutivas". Para tanto, privilegiaram-se as várias categorias de produtores agrícolas que compõem o grupo dos chamados *gaúchos* em detrimento da grande maioria dos trabalhadores rurais da região.

Neste sentido, a modernização tecnológica tendo como ponta de lança os produtores agrícolas oriundos do Sul do país, reforçou a colocação da "inferioridade" dos pequenos produtores diretos da região e da "irracionalidade" da chamada *agricultura de toco*.

Perante os novos empresários agrícolas os pequenos produtores "regionais" foram diminuídos, tendo se acumulado e difundido contra eles

Acervo ISA

os estereótipos mais incisivos. Multiplicaram-se as acusações de desconhecimento das técnicas de cultivo, da "ignorância" no conhecimento do solo, do "atraso", da "preguiça" e negação do trabalho organizado .

Verifica-se, no entanto, que grande parte dos pequenos e médios produtores agrícolas oriundos do Sul do país, beneficiados pelos privilégios do crédito agrícola oficial, não detinha o propalado "saber" e "experiência" em relação à agricultura mecanizada. Grande parte deles declara ter praticado a chamada *lavoura braçal* no local de origem, sendo o arado movido à tração animal a única inovação tecnológica a que tinham tido acesso antes de chegar ao Maranhão.

Além disso, a totalidade destes produtores agrícolas desconhecia por completo a cultura do arroz, mormente a do chamado "arroz de sequeiro", própria para regiões de cerrado. Mesmo os mais experientes no trato com maquinários agrícolas reafirmaram sua total ignorância no que concerne ao conhecimento do solo do Sul Maranhense e a cultura do arroz na região.

Outra questão a ser colocada no tocante ao "avanço tecnológico" , tal como propugnado pelos planejadores desta experiência de colonização, refere-se aos problemas objetivos que esta "agricultura mecanizada" vem enfrentando no momento.

As máquinas e implementos agrícolas, assim como adubos, fertilizantes e defensivos químicos tiveram seus preços elevados de maneira tal que se tornaram proibitivas mesmo para os chamados *gaúchos*, privilegiados pela concessão do crédito agrícola. Deste modo, a política agrícola e de colonização, que beneficiou uma camada de produtores mais prósperos, que baseia seu trabalho em formas capitalistas de produção, não pode manter uma elevação do preço dos produtos agrícolas correlata à elevação do preço dos equipamentos e insumos. Acrescente-se à disparidade entre o preço dos produtos agrícolas e aquele dos maquinários e implementos, os desacertos e a irracionalidade ao nível dos próprios *projetos*, tal como identificados pelos próprios planejadores e encarregados da assistência técnica deste processo de colonização.

Acervo ISA

Segundo as representações dos denominados *gaúchos* a escassez dos recursos financeiros e as elevadas taxas de juros, afetam sua capacidade produtiva, o que significa o fim da fase áurea dos *projetos*.

Por outro lado, as unidades de produção assentadas sobre o trabalho familiar, não se pautando pelas mesmas categorias que regem a produção em bases empresariais, conseguem uma maior produtividade e não sofrem com a mesma intensidade os efeitos do que os *gaúchos* interpretariam como "crise".

Somente a partir desta distinção que separa os produtores "regionais" daqueles oriundos do Sul do país, pode-se entender o sétimo e o décimo quarto lugares ocupados pelas microrregiões Chapadas do Sul Maranhense e Baixo Balsas no total da produção de arroz do estado na última safra, muito embora seja exatamente aí que se verifica uma maior concentração de tratores, maior consumo de adubos e fertilizantes e onde se observa um significativo aumento na área cultivada.

Somente esta distinção pode explicar, ainda, a importância dos chamados *posseiros* e dos que praticam as formas "atrasadas" de agricultura e que, no entanto, são responsáveis pelos primeiros lugares no total da produção de arroz maranhense.

O mito da "modernização da agricultura maranhense", tendo como ponto de partida a experiência de colonização levada a efeito pelos *gaúchos* na região Sul do estado deve ser repensado a partir da relativização de seus pressupostos e dos resultados que, a esta altura, já é possível indentificar.

Uma vez cessado o abundante volume de recursos financeiros garantidos pelo crédito agrícola, percebe-se que este processo de "modernização" não foi pensado em bases criteriosas do ponto de vista científico. Os próprios técnicos, encarregados da assistência técnica, revelam que as sementes selecionadas não se apresentaram tão melhores, quanto se supunha, e que os adubos e fertilizantes químicos não obedeceram a uma correta utilização, o mesmo ocorrendo com os equipamentos agrícolas.

Tais questões levam a perceber a artificialidade da experiência e

Acervo ISA

a crer que o mito da "modernização da agricultura" encobre, na verdade, outros problemas mais complexos. Tudo indica que, mais do que critérios objetivos de cientificidade, funcionou o conhecido princípio de abrir as terras do Maranhão de modo a aliviar as tensões sociais, que caracterizam a situação agrária do Sul do país. A artificialidade desta experiência de "modernização da agricultura" deixa entrever que as medidas de colonização prevalecem sobre aquelas relativas ao aumento da produtividade. São elas aliás que regem esta experiência ao estimular o apossamento ilegítimo e ao incorporar formalmente ao mercado nacional de terras amplas extensões consideradas devolutas pelos planejadores, mas em verdade efetivamente ocupadas por pequenos produtores agrícolas apoiados no trabalho familiar.

Esta prevalência não impede que sejam percebidas algumas diferenças entre a lógica que organiza a grande exploração, com seus suportes institucionais, e aquela correspondente à pequena. A empresa agrária, para a qual tem sido historicamente importante uma "direção científica"[1] que planifica e evita qualquer dimunuição da riqueza da terra, e que requer um dirigente dotado de conhecimentos concernentes aos cultivos' e à organização de uma contabilidade considerada racional, parece ser até agora uma proposição ideal. Isto não tem impedido, contudo, que se perceba uma desorganização da economia dos pequenos produtores de base familiar no âmbito da região Sul do Maranhão. A experiência de colonização dos denominados *gaúchos*, a despeito de sua distância daquilo que os planejadores idealizam, cumpre um papel de reativar o mercado de terras regional e de incentivar um tipo de privatização, que menospreza as formas de ocupação anteriormente predominantes. Os seus resultados devem ser pensados principalmente segundo esta relação e muito menos do ponto de vista de uma experiência de mecanização da agricultura com êxito como usualmente tem sido interpretada.

---

[1] Kautsky, K. - *La cuestión agrária*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1974, p. 114.

Acervo ISA

BIBLIOGRAFIA

ALAVI, Hamza

1979 - "Revolução no campo" - in Problemas e Perspectivas do Socialismo, Rio de Janeiro, Zahar Ed. pp 299-351.

ANDRADE, Manoel Correia de

1973 - Paisagens e problemas do Brasil, São Paulo, Ed. Brasiliense .

ANDRADE, Maristela de Paula

1982 - Os gaúchos descobrem o Brasil: os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários, dissertação apresentada à FELCH-USP para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, São Paulo.

CARDOSO, Pedro Araujo

1982 - "Relatório Técnico sobre a situação da agricultura na região de Balsas", Balsas, mimeo.

CARVALHO, Carlota

1924 - Pastos Bons, Coleção Municípios Maranhenses, São Luis, Deptº Estadual de Estatística do Maranhão.

KAUTSKY, K.

1974 - La questión agrária. Buenos Aires, Siglo XXI.

MARTINS, José de Souza

1981 - Os camponeses e a política no Brasil, Petrópolis, Vozes.

MARX, Karl

1968 - "Teoria Moderna da Colonização", in O Capital, livro I, volume 2, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

PAULA RIBEIRO, Francisco de

1848 - "Roteiro de viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da capitania do Maranhão e de Goias no ano de 1815, em serviço de S.M. Fidelíssima, in Revista de História e Geografia, São Luis.

1848 - "Descripção do Território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão", in Revista de História e Geografia, São Luis.

PALMEIRA, Moacir

1977 - "Diferenciação Social e Participação Política do Campesinato: primeiras questões", Rio de Janeiro, Museu Nacional, mimeo.

RELATÓRIOS DE TÉCNICOS DO BANCO DO BRASIL, São Luis, 1981/1982.

SANTOS, Murilo

1980 - "Bandeiras Verdes", in Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense, vol. 4, São Luis, CPT-MA.

VELHO, Otávio

1972 - Frentes de Expansão e Estrutura Agrária, Rio de Janeiro,Zahar

1976 - Capitalismo Autoritário e Campesinato, São Paulo, Difel.

WAGNER, Alfredo

1980 - "Conflitos de terra no Maranhão", in Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense, vol. 5, São Luis,CPT-MA .

1983 - Conflitos e Lutas dos Trabalhadores Rurais no Maranhão, São Luis, CPT-MA.

WAGNER, Alfredo & MOURÃO, Lais

1976 - "Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo", in Pesquisa Antropológica, nºs 9 e 10, Brasilia.

WAGNER, Alfredo

1976 - "Rumo ao Pará: alternativa à expropriação do campesinato no Maranhão", mimeo.